

**SECRETARIA DA COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO**  
FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA  
Siegfried Emanuel Heuser

ISSN 1676-1375  
ISBN 85-7173-043-1

**MERCADOS REGIONAIS DE TRABALHO NO RS:  
MANIFESTAÇÕES DA REESTRUTURAÇÃO  
PRODUTIVA EM QUATRO REGIÕES  
SELECIONADAS**

**Guilherme Xavier Sobrinho  
Sheila S. Wagner Sternberg  
Maria Isabel H. da Jornada  
Sandro Rogério dos Santos  
Vânia B. Heredia  
Fernando C. Cotanda**

**Documentos FEE n. 64**

Porto Alegre, setembro de 2005



## FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA Siegfried Emanuel Heuser

CONSELHO DE PLANEJAMENTO: **Presidente:** Aod Cunha de Moraes Junior. **Membros:** André Meyer da Silva, Ernesto Dornelles Saraiva, Ery Bernardes, Eudes Antidis Missio, Nelson Machado Fagundes e Ricardo Dathein.

CONSELHO CURADOR: Fernando Luiz M. dos Santos, Maria Lúcia Leitão de Carvalho e Suzana de Medeiros Albano.

### DIRETORIA:

**PRESIDENTE:** AOD CUNHA DE MORAES JUNIOR

**DIRETOR TÉCNICO:** ÁLVARO ANTÔNIO LOUZADA GARCIA

**DIRETOR ADMINISTRATIVO:** ANTONIO CESAR GARGIONI NERY

### CENTROS:

**ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS:** Marinês Zandavali Grando

**PESQUISA DE EMPREGO E DESEMPREGO:** Roberto da Silva Wiltgen

**INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS:** Adalberto Alves Maia Neto

**INFORMÁTICA:** Antônio Ricardo Belo

**EDITORAÇÃO:** Valesca Casa Nova Nonnig

**RECURSOS:** Alfredo Crestani

X 3

Xavier Sobrinho, Guilherme, 1964-

Mercados regionais de trabalho no RS: manifestações da reestruturação produtiva em quatro regiões selecionadas / Guilherme Xavier Sobrinho, Sheila S. Stenberg, Maria Isabel H. da Jornada, Sandro Rogério dos Santos, Vânia B. Heredia, Fernando C. Cotanda. Porto Alegre : FEE, 2005.

80p. : tab. (Documentos FEE; n. 64)

ISBN 85-7173-043-1

ISSN 1676-1375

1. Mercado de trabalho — Rio Grande do Sul. I. Título. II. Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser. III. Série.

CDU 330.34(816.5)

CIP Janira Lopes

CRB10/420

Tiragem: 100 exemplares.

Toda correspondência para esta publicação deverá ser endereçada à:

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA Siegfried Emanuel Heuser (FEE)

Rua Duque de Caxias, 1691 — Porto Alegre, RS — CEP 90010-283

Fone: (51) 3216-9049 — Fax: (51) 3225-0006

E-mail: [diretoria@fee.tche.br](mailto:diretoria@fee.tche.br)

[www.fee.rs.gov.br](http://www.fee.rs.gov.br)

Os autores agradecem a Economista Áurea C. M. Breitbach (NEI-FEE), a Professora Maria da Graça Bulhões (UFRGS) e a Socióloga Denise Gros (Assessoria-FEE) pelas valiosas sugestões que apresentaram a partir da leitura do *paper*. Agradecem ainda a colega de equipe que participou da pesquisa, Ilaine Zimmermann, pelo inestimável apoio na confecção deste texto, aos estagiários Daiane V. Kuplich, Fernando G. Niderauer, Juan Marcelo S. Rivera, Katiuci Pavei e Pedro Henrique P. Preussler (FEE) e Caroline V. Hoffmann (UCS), que acompanharam toda a pesquisa, e ao Fernando Gutheil, que colaborou neste texto.



## SUMÁRIO

---

APRESENTAÇÃO .....	7
INTRODUÇÃO .....	9
1 - O CONTEXTO ESTADUAL NA DÉCADA DE 90: UMA PANORÂMICA DO RS E DE SUAS REGIÕES .....	15
1.1 - O Rio Grande do Sul .....	15
1.2 - O recorte regional: os Coredes .....	22
1.3 - As regiões estudadas .....	40
1.3.1 - O Corede Serra .....	40
1.3.2 - O Corede Vale do Taquari .....	41
1.3.3 - O Corede Fronteira Noroeste .....	42
1.3.4 - O Corede Norte .....	44
2 - A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA DOS ANOS 90 E OS MERCADOS REGIONAIS DE TRABALHO .....	55
3 - INSTITUIÇÕES E POLÍTICAS PÚBLICAS NA PERSPECTIVA REGIONAL .....	65
4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	71
REFERÊNCIAS .....	75



## APRESENTAÇÃO

---

O presente documento traz o substrato de uma pesquisa desenvolvida pelo Núcleo de Estudos do Trabalho (NET) da Fundação de Economia e Estatística (FEE) em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e com a Universidade de Caxias do Sul (UCS), a qual contou com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS). Na confecção deste texto, estiveram envolvidos os pesquisadores Guilherme Xavier Sobrinho, Sheila S. Wagner Sternberg e Maria Isabel H. da Jornada, todos do NET-FEE, Sandro Rogério dos Santos e Vânia B. Heredia, da UCS, e Fernando C. Cotanda, da UFRGS. Várias idéias aqui contidas já foram desenvolvidas em outro texto dos mesmos autores, intitulado **Mercados de Trabalho Não Metropolitanos — Apontamentos Sobre Quatro Experiências Regionais no Rio Grande do Sul (Brasil)**, apresentado no 4º Congresso Latinoamericano de Sociologia del Trabajo (La Habana, Cuba, setembro de 2003).





## INTRODUÇÃO

---

Este texto toma por base resultados da pesquisa **Mercados Regionais de Trabalho no Rio Grande do Sul: Manifestações da Reestruturação Produtiva**<sup>1</sup>, que buscou aprofundar o conhecimento sobre as especificidades dos mercados de trabalho das 22 regiões do Estado, conforme subdivisão do mesmo em Conselhos Regionais de Desenvolvimento (Coredes)<sup>2</sup>. Neste estudo, foi conferida especial ênfase às transformações que se processaram nos anos 90, década que assinala a intensificação, em nível nacional, de um processo de reestruturação produtiva apenas esboçado na década anterior (Fligenspan, 2000).

A pesquisa desdobrou-se em duas partes, aliando uma abordagem de cunho quantitativo a uma abordagem qualitativa. Na primeira parte, a investigação tomou por base dados secundários. Caracterizaram-se inicialmente os principais traços da estrutura produtiva e do mercado de trabalho gaúchos, destacando-se sua evolução ao longo da última década, para, a seguir, recuperar os mesmos eixos de análise a partir do recorte territorial do Estado em Coredes. A investigação contemplou indicadores de valor adicionado, estabelecimentos, indicadores demográficos, população ocupada, emprego formal, rendimentos e desemprego e utilizou aberturas segundo atributos dos indivíduos, especialmente gênero, idade e escolaridade. A segunda parte dedicou-se ao estudo, em profundidade, de quatro Coredes (Serra, Vale do Taquari, Norte e Fronteira Noroeste), cuja escolha foi orientada pelo critério descrito ainda nesta **Introdução**.

Na primeira parte, para o estudo das estruturas produtivas e das transformações por elas experimentadas, utilizaram-se as séries do Valor Adicionado Bruto (VAB) do Núcleo de Contabilidade Social (NCS) da FEE. Os indicadores demográficos e os referentes aos mercados de trabalho utilizados

---

<sup>1</sup> O projeto de pesquisa contou com financiamento da FAPERGS. Além dos autores, integraram a equipe que desenvolveu a pesquisa Raul Luís Assumpção Bastos, Walter Arno Pichler, Ilaine Zimmermann e Gabriele dos Anjos (na etapa final), todos da FEE. A Professora Sônia M. G. Larangeira (UFRGS) tomou parte na concepção do projeto.

<sup>2</sup> Os Conselhos Regionais de Desenvolvimento, criados em 1991 e institucionalizados por lei estadual em 1994, constituem-se como uma instância de organização e de expressão dos interesses regionais, reconhecidos como um órgão fundamentalmente assentado sobre a sociedade civil e com caráter plural. O Corede tem como objetivo precípua promover a participação dos diversos segmentos sociais — políticos, setores produtivos, universidades, órgãos de pesquisa e a sociedade civil em geral — na formulação e na implementação das políticas regionais. À época da execução da pesquisa, o número de Coredes era 22; atualmente, são 24.

foram os dos **Censos Demográficos** e das **Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios** (PNADs)<sup>3</sup> do IBGE, bem como os das **Relações Anuais de Informações Sociais** (RAISs) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

As bases da RAIS são uma rica fonte de informações sobre o segmento formal do mercado de trabalho, entretanto cabe destacar que tais informações são prestadas, por determinação legal, pelos estabelecimentos empregadores. Trata-se de registros administrativos, que não sofrem qualquer procedimento de checagem ou crítica por parte do MTE. Outro aspecto importante que extrapola a cobertura (estimada em mais de 90% do universo dos potenciais declarantes) ou a confiabilidade da base da RAIS envolve o alcance da análise nela apoiada. Uma apreensão da dinâmica do mercado de trabalho que se fundamente apenas nessa fonte é, por princípio, parcial, já que a RAIS se limita aos vínculos legalizados de trabalho. Porém essa restrição tem conseqüências ainda mais importantes, quando se trata de comparar a realidade de regiões que têm grande heterogeneidade quanto ao grau de formalização de seus vínculos de trabalho. Essas diferenças se associam, dentre outros fatores, à própria distribuição setorial da ocupação.

Na Tabela 1, compara-se o total de trabalhadores apreendido pela RAIS de 2000 com o número de ocupados levantado no **Censo Demográfico** do mesmo ano, em cada Corede. Trata-se de um procedimento aproximativo, mas que resulta em uma primeira evidência, bastante eloqüente, da diversidade da composição dos mercados regionais de trabalho no que diz respeito à formalização das relações de trabalho e, por conseqüência, dos limites de uma análise restrita à RAIS.

No Corede Metropolitano Delta do Jacuí, obteve-se a mais alta razão entre os registros da RAIS e os do **Censo Demográfico**: o contingente de trabalhadores abrangido pela primeira fonte equivalia a 68% daquele abarcado pela segunda. No extremo oposto, para a Região Médio Alto Uruguai, essa relação limitava-se a 13%.

---

<sup>3</sup> Os dados das PNADs foram utilizados apenas na análise do mercado de trabalho do agregado do Estado, já que esse levantamento não comporta a abertura dos resultados por região ou município. Considerando-se que os resultados disponíveis do Censo de 2000, no momento da elaboração do relatório final, ainda eram restritos, optou-se por utilizar dados da série da PNAD, para caracterizar os principais movimentos verificados no mercado de trabalho gaúcho, na década de 90. No texto ora apresentado, abandonou-se a abordagem original da pesquisa, com base na PNAD, para incorporar os dados do **Censo 2000**, já integralmente disponibilizados.

Tabela 1

Trabalhadores ocupados, por Coredes, no RS — 2000

COREDES	EMPREGO FORMAL (A)	OCUPADOS (B)	A/B
Alto Jacuí .....	21 586	84 676	0,25
Campanha .....	25 550	80 243	0,32
Central .....	76 386	270 816	0,28
Centro-Sul .....	22 338	96 806	0,23
Fronteira Noroeste .....	25 508	112 262	0,23
Fronteira Oeste .....	60 289	209 215	0,29
Hortênsias .....	24 455	58 182	0,42
Litoral .....	36 036	119 242	0,30
Médio Alto Uruguai .....	12 270	97 146	0,13
Metropolitano Delta do Jacuí .....	651 409	952 520	0,68
Missões .....	24 096	118 348	0,20
Nordeste .....	21 503	79 321	0,27
Noroeste Colonial .....	35 716	155 257	0,23
Norte .....	31 767	107 393	0,30
Paranhana-Encosta da Serra .....	49 220	96 185	0,51
Produção .....	71 206	217 108	0,33
Serra .....	191 864	378 165	0,51
Sul .....	104 393	330 222	0,32
Vale do Caí .....	31 547	75 389	0,42
Vale do Rio dos Sinos .....	257 960	516 600	0,50
Vale do Rio Pardo .....	53 423	206 600	0,26
Vale do Taquari .....	65 267	172 068	0,38
<b>TOTAL</b> .....	<b>1 893 789</b>	<b>4 533 777</b>	<b>0,42</b>

FONTE: Coluna B - CENSO DEMOGRÁFICO 2000: primeiros resultados da amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 2002. (CD-ROM)

Coluna A - Brasil. Ministério do Trabalho e Emprego. RAIS: Relação Anual de Informações Sociais 2000. Brasília: MTE, 2001.

O procedimento de seleção dos Coredes que seriam objeto da pesquisa qualitativa na segunda parte do estudo partiu de um agrupamento dos 22 Coredes, tomando por base o ordenamento segundo um índice sintético, obtido da seguinte forma:

- calculou-se o VAB *per capita* em cada uma das regiões do Estado, com dados de 1990;
- para a região que obteve o mais alto VAB *per capita* em 1990, atribuiu-se o índice 1; para aquela com menor VAB *per capita*, o índice zero.

- Para as demais regiões, o resultado foi estabelecido oscilando entre zero e um, de forma a guardar a proporcionalidade com os extremos;
- c) o mesmo procedimento dos itens (a) e (b) foi adotado para o cálculo do emprego formal *per capita* (razão entre o total de empregados formais na região em 1990, conforme a RAIS, e a população total da região, conforme o Núcleo de Indicadores Sociais da FEE);
  - d) para cada região, calculou-se a média dos índices obtidos para o VAB *per capita* e para o emprego formal *per capita*, que passou a ser considerado o índice sintético das duas variáveis, relativo a 1990;
  - e) os mesmos procedimentos descritos nos itens anteriores foram aplicados aos dados de 1998.

Prosseguindo, estabeleceram-se os critérios para a definição das regiões envolvidas na pesquisa de campo: inicialmente, decidiu-se incluir a região que, tanto em 1990 quanto em 1998, obteve o primeiro lugar no *ranking* dos índices — o Corede **Serra**.

Quanto às demais 21 regiões, tomou-se o ordenamento do índice sintético de 1990, e estabeleceram-se três estratos: as sete com índices mais altos, as sete intermediárias e as sete com resultados mais baixos. Dessa forma, partiu-se de uma classificação das diferenças “estruturais” entre as regiões do Rio Grande do Sul no início da década. Considerou-se relevante eleger um Corede de cada um desses estratos, para que a pesquisa empírica contemplasse regiões diversificadas quanto à pujança econômica, o que, pressupôs-se, se associaria a diferenças qualitativas na configuração e na dinâmica dos mercados de trabalho, enriquecendo potencialmente os resultados da investigação em profundidade.

A partir da referida estratificação, que tem por base um critério sincrônico (o início da década), a definição de qual região seria estudada em cada estrato se baseou em um segundo critério, dessa vez dinâmico, ou diacrônico. Optou-se por eleger, em cada estrato, a região que tivesse tido, na comparação dos índices de 1990 e de 1998, a variação mais positiva. Dessa forma, obedecida a primeira definição, de abarcar regiões de “portes” diferenciados, unificou-se, nesse segundo critério, a opção por aquelas regiões em que a evolução do emprego formal e a do produto fossem destacáveis relativamente às demais regiões integrantes do mesmo estrato.

Com esse segundo critério, buscou-se fortalecer um dos objetivos da pesquisa, que é o de, a partir do estudo em profundidade de algumas regiões, destacar elementos que possam contribuir para a formulação de políticas públicas voltadas para os mercados de trabalho. Pressupôs-se que os Coredes que lograram obter melhor evolução de seus indicadores de produto e emprego tenderiam a pôr em relevo elementos “virtuosos”, potencialmente adaptáveis, ou capazes de aportar “inspirações” a outras realidades.

Assim procedendo, definiram-se as regiões que foram objeto do estudo qualitativo: Corede **Serra**, Corede **Vale do Taquari** (do estrato com melhores índices em 1990, que foi chamado de estrato I), Corede **Fronteira Noroeste** (do estrato intermediário, estrato II) e Corede **Norte** (do estrato III, que reúne as regiões com índices mais baixos em 1990).

Nessa etapa, objetivou-se, fundamentalmente, avançar na compreensão dos fatores que condicionam o desempenho da economia e do mercado de trabalho nessas regiões, tendo-se presente a heterogeneidade que existe entre elas, claramente evidenciada pelo estudo estatístico. A pluralidade de determinantes para a “quantidade e a qualidade do emprego” (Pochmann, 1998, p.126-128) implica que se entendam esses mercados de trabalho como multiplamente condicionados por elementos de distintas naturezas, desde os tecno-econômicos até os demográficos, passando por um amplo leque de aspectos institucionais, que, potencialmente, envolvem as políticas públicas de bem-estar social e de emprego, os padrões de relações de trabalho e sua regulação, o grau de articulação política entre os segmentos sociais regionais, sua conflitividade ou disposição à cooperação, dentre tantos outros.

Nesse sentido, mesmo tendo-se como foco central a dimensão mercado de trabalho, a abordagem dessa pesquisa qualitativa esteve fortemente referida à problemática do desenvolvimento regional — ainda que não diretamente —, o que se demonstrou importante para dar suporte a um tratamento compreensivo das especificidades das trajetórias regionais da estrutura produtiva, da ocupação e do desemprego.

Buscou-se uma estratégia de pesquisa que garantisse uma atitude de abertura frente a essas formações sociais específicas, favorecendo a emergência do maior número de elementos e de nexos relevantes para compreender suas particularidades. Por outro lado, a expectativa de resultados comparáveis entre as quatro regiões e o cuidado no sentido de não abrir o leque de questões em um grau que prejudicasse a exequibilidade do estudo implicavam focalização. Assim, optou-se por fundamentar a pesquisa qualitativa nas percepções dos atores sociais regionais representativos de segmentos vinculados, de forma mais ou menos direta, à esfera produtiva e ao mercado de trabalho. Esses testemunhos foram a base para hierarquizar os fenômenos intervenientes em cada um daqueles espaços. A pesquisa de campo consistiu em visitas às regiões e envolveu aproximadamente 120 entrevistas. Foram abrangidos atores ligados ao Sistema Público de Emprego (SPE), aos poderes públicos municipais, aos Coredes, às universidades, aos sindicatos de trabalhadores, às associações de empresários, às instituições públicas, às cooperativas e empresas, às Comissões Municipais de Emprego, dentre outros. Os roteiros abordavam aspectos específicos sobre as instituições ouvidas, mas tinham um grande número de questões comuns, muitas de caráter aberto, para que todos os

depoimentos pudessem aportar uma visão global do desenvolvimento e do mercado de trabalho regional. Com isso, facilitou-se a apreensão das recorrências e a identificação de percepções isoladas.

Dadas as especificidades de cada região — e também em função da necessidade operacional de subdividir a equipe da pesquisa, para dar conta do estudo simultâneo dos quatro Coredes —, houve razoável heterogeneidade no material levantado em campo. Todavia definiu-se uma mesma estrutura, que organizou a análise de cada uma das regiões, contemplando quatro eixos: características gerais do Corede; configuração da base produtiva; mercado de trabalho; atores e instituições. Este último eixo tematiza em que medida e de que formas a sociedade tem organizado instâncias de discussão e de implementação de políticas de desenvolvimento regional, bem como busca identificar as principais ações que, mesmo por iniciativa de instituições isoladas, têm interferido na dinâmica socioeconômica desses espaços.

O trabalho de campo fez emergir uma ampla gama de temáticas associadas às configurações regionais dos mercados de trabalho. Muitos desses fenômenos ou problemas, embora potencialmente férteis para investigação, não puderam receber o devido aprofundamento, uma vez que, no relatório final, se privilegiou uma perspectiva mais abrangente.

Neste texto, faz-se uma sistematização de resultados mais gerais da pesquisa, buscando-se ampliar a discussão da metodologia e de algumas evidências selecionadas. Registre-se que uma das motivações fundamentais do estudo foi aportar conhecimentos sobre mercados de trabalho em recortes territoriais outros que não o do agregado do Estado ou da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPE), sobre os quais as fontes de informações estatísticas são mais abundantes.

No primeiro tópico após esta **Introdução**, encontra-se uma panorâmica do contexto estadual e das suas regiões, na década de 90, no tocante aos seus aspectos mais gerais: demografia, base produtiva e mercado de trabalho. À parte, em um subitem, as regiões selecionadas são vistas mais detidamente, ainda que com uma perspectiva global. No segundo tópico, busca-se caracterizar alguns movimentos relevantes, associados à reestruturação produtiva, que se produziram nas economias e nos mercados de trabalho dos espaços regionais selecionados, na década passada. No último tópico antes das **Considerações Finais**, o foco dirige-se para as instituições e as políticas públicas na perspectiva regional. O esforço de análise visa identificar instituições e instâncias de interação dos atores sociais, que, no âmbito regional, possam influenciar ou assumir papel efetivo na concepção e na condução de estratégias de desenvolvimento e na resposta aos desafios enfrentados nos anos 90, especialmente no que diz respeito aos mercados de trabalho.

# 1 - O CONTEXTO ESTADUAL NA DÉCADA DE 90: UMA PANORÂMICA DO RS E DE SUAS REGIÕES

---

## 1.1 - O Rio Grande do Sul

A população residente no Rio Grande do Sul, que era de pouco mais de nove milhões de pessoas em 1991, passou a aproximadamente 10 milhões em 2000, acusando um crescimento de 11,4% no período. Nesse período, destaca-se o aumento da urbanização: a população residente nas cidades cresceu 18,8%, enquanto, no meio rural, houve uma perda populacional de 12,8% em relação a 1991, alcançando-se o ano 2000 com 81,6% da população gaúcha nas áreas urbanas.

Homens e mulheres mantiveram praticamente inalterada sua participação na população estadual, entre 1991 e 2000, registrando algo em torno de 49% para eles e de 51% para elas. A composição etária, por sua vez, modificou-se, no período analisado, na direção de um declínio da importância relativa da população com idade inferior a 10 anos, que passou a significar, em 2000, 17,1% da população total, contra os 20,1% de 1991, registrando-se aumento de 15,7% na População em Idade Ativa (PIA) — contingente de indivíduos de 10 anos de idade e mais —, um crescimento maior, portanto, do que o da população total.

Embora as mudanças metodológicas introduzidas no **Censo Demográfico 2000** impeçam comparações, cabe apresentar os principais indicadores do mercado de trabalho nos dois anos extremos da série.<sup>4</sup> A parcela da PIA que estava ocupada ou desocupada, mas procurando trabalho no período de

---

<sup>4</sup> As mudanças implementadas na metodologia do **Censo** entre suas edições de 1991 e de 2000 impedem que se faça uma análise evolutiva da PEA, das taxas de participação, da ocupação e também da desocupação. As alterações no levantamento dizem respeito, fundamentalmente, ao tempo de exercício de trabalho remunerado — 12 meses ou parte deles em 1991 e a semana de referência em 2000 — e ao número de horas trabalhadas pelos não remunerados — mínimo de 15 horas semanais em 1991 e mínimo de uma hora semanal em 2000 — para que os indivíduos sejam considerados ocupados; quanto aos desocupados, afetam o período sem trabalho e o tempo de procura efetiva de emprego — 12 meses e dois meses em 1991 e a semana de referência e 30 dias em 2000.

referência<sup>5</sup> do levantamento, constitui a População Economicamente Ativa (PEA), que, em 1991, equivalia a um contingente de cerca de quatro milhões de pessoas, ou seja, 56,6% da População em Idade Ativa, o que expressa a taxa de participação no Estado, em 1991. Em 2000, a PEA estadual havia se elevado para aproximadamente cinco milhões de indivíduos, e a taxa de participação atingiu 61,2%. A taxa de desocupação, por sua vez, era de 3,4% em 1991 e de 12,2% em 2000 (Tabela 2).

Tabela 2

Indicadores selecionados no RS — 1991 e 2000

INDICADORES	1991	2000
<b>População total</b> .....	9 138 670	10 181 749
População urbana (%) .....	76,6	81,6
População rural (%) .....	23,4	18,4
Homens (%) .....	49,2	49,0
Mulheres (%) .....	50,8	51,0
<b>PIA</b> .....	7 297 465	8 445 139
<b>PEA</b> .....	4 132 853	5 164 528
<b>Taxa de participação (%)</b> .....	56,6	61,2
<b>Taxa de desocupação (%)</b> .....	3,4	12,2

FONTE: IBGE. **Censo Demográfico 1991**: mão-de-obra – resultados da amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 1996.

IBGE. **Censo Demográfico 2000**: primeiros resultados da amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 2002. (CD-ROM).

O total de pessoas ocupadas no Rio Grande do Sul, em 1991, era de pouco menos de quatro milhões de pessoas, o que equivalia a 96,6% da PEA. Em 2000, o número de ocupados era de 4,5 milhões de pessoas, representando 87,8% da PEA. A distribuição setorial dos ocupados mostrava que o Setor Terciário era, tanto em 1991 como em 2000, o maior absorvedor de mão-de-obra — 48,4% no primeiro ano e 54,5% no outro. O Setor Secundário, que

<sup>5</sup> Segundo o **Censo Demográfico 1991** (IBGE, 1996), o período de referência para a inclusão na PEA dos indivíduos que estão procurando trabalho são os últimos 12 meses a contar da data do Censo (10.09.90 a 31.08.91), enquanto, no **Censo 2000**, considera-se a semana de referência (23 a 29.07.2000).



detinha 25,2% e 24,4% dos ocupados em 1991 e em 2000, respectivamente, aparecia na segunda posição, seguido pelo Primário, que respondia por 23,7% e 20,1% da ocupação em cada um dos anos, respectivamente (Tabela 3).

Tabela 3

## Distribuição setorial da ocupação no RS — 1991 e 2000

SETORES	1991		2000	
	Absoluto	%	Absoluto	%
Primário .....	944 436	23,7	910 941	20,1
Secundário .....	1 006 724	25,2	1 107 028	24,4
Terciário .....	1 931 976	48,4	2 472 772	54,6
Outros (1) .....	108 193	2,7	43 036	0,9
<b>TOTAL</b> .....	<b>3 991 329</b>	<b>100,0</b>	<b>4 533 777</b>	<b>100,0</b>

FONTE: IBGE. **Censo Demográfico 1991**: mão-de-obra — resultados da amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 1996.

IBGE. **Censo Demográfico 2000**: primeiros resultados da amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 2002. (CD-ROM).

(1) Outras atividades e/ou atividades mal definidas.

Também ao se considerar a composição do produto estadual, verifica-se que, em 2000, o Setor Terciário era o que detinha a maior ponderação (47,1%), seguido pelo Secundário (41,0%), enquanto o Setor Primário aparecia na última posição (11,9%). Tal estrutura, que difere daquela encontrada em 1990, em que o Secundário aparecia na primeira posição, em um virtual empate com o Setor Terciário — 44,0% e 43,9% respectivamente —, e o Primário estava na terceira posição (12,1%), reflete as distintas intensidades de variação do produto em cada um dos setores. Entre 1990 e 2000, o Setor Secundário foi o que registrou o maior crescimento, com variação de 43,0%; o Primário vinha a seguir, com crescimento de 31,2%, enquanto o Terciário apresentou a menor variação, 25,0%. Observe-se que apenas o Setor Secundário obteve, no período analisado, crescimento mais expressivo do que o evidenciado pelo VAB estadual, que foi de 33,7% (Tabela 4).

Tabela 4

Composição setorial e variação percentual do produto  
no RS — 1990 e 2000

SETORES	COMPOSIÇÃO SETORIAL (1)		VARIAÇÃO
	1990	2000	2000/1990 (2)
Primário .....	12,1	11,9	31,2
Secundário .....	44,0	41,0	43,0
Terciário .....	43,9	47,1	25,0
<b>TOTAL</b> .....	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>33,7</b>

FONTE: NCR-FEE.

(1) É função do volume e do preço. (2) É função apenas do volume.

Retomando a análise da ocupação e tratando da distribuição dos ocupados por posição na ocupação, verifica-se que, em 1991, a maior parte da população ocupada era constituída de empregados (60,9%), dos quais 16,1% não possuíam carteira de trabalho assinada.<sup>6</sup> A parcela dos trabalhadores por conta própria equivalia a 26,6% dos ocupados, e a categoria dos empregadores, a 4,2%. Registram-se ainda 8,3% dos ocupados sem remuneração. A dimensão da precarização presente no mercado de trabalho do RS pode ser percebida pelo somatório das categorias de empregados sem carteira de trabalho, dos conta-própria<sup>7</sup> e dos não-remunerados, que totalizavam cerca de 1,7 milhão de indivíduos, correspondendo a 44,7% do total de ocupados (Tabela 5).

Em 2000 (Tabela 6), assim como no início do período, a maior parcela de ocupados era de empregados (61,7%), que detinham praticamente a mesma ponderação. Entretanto registrou-se crescimento da parcela de empregados sem carteira de trabalho assinada, que, em 2000, atingiram 26,7% do total de empregados.<sup>8</sup> As demais categorias de posição na ocupação pouco alteraram a sua ponderação em relação à totalidade dos ocupados: ao final do período, os conta-própria representavam 26,2%; os empregadores, 3,5%; e os sem-

<sup>6</sup> Os empregados sem carteira de trabalho assinada correspondiam a 9,8% do total de ocupados em 1991.

<sup>7</sup> É preciso considerar a inclusão, nessa categoria, de toda a gama de profissionais liberais e de outros autônomos que são registrados e que pagam impostos e, portanto, não podem ser confundidos com uma situação de precarização. Rigorosamente, seria preciso extraí-los do cômputo dos "precarizados".

<sup>8</sup> O percentual de empregados sem carteira de trabalho assinada em 2000, em relação ao total dos ocupados, era de 16,5%.

-remuneração, 7,0%. Mesmo assim, registrou-se ampliação na participação das categorias associadas à precarização, que, ao final do período, passaram a responder, em conjunto, por 51,3% do total da ocupação (aproximadamente 2,3 milhões de pessoas<sup>9</sup>).

Tabela 5

Distribuição dos ocupados, por posição na ocupação, no RS — 1991

POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO	ABSOLUTO	PERCENTUAL
<b>Empregados</b> .....	2 431 556	60,9
Do setor privado .....	1 946 230	80,0
Com carteira de trabalho assinada .....	1 545 282	79,4
Sem carteira de trabalho assinada .....	391 740	20,1
Não souberam informar .....	9 208	0,5
Do setor público .....	485 326	20,0
<b>Conta-própria</b> .....	1 061 158	26,6
<b>Empregador</b> .....	168 255	4,2
<b>Não-remunerado</b> .....	330 381	8,3
<b>TOTAL</b> .....	3 991 350	100,0

FONTE: IBGE. **Censo Demográfico 1991**: mão-de-obra — resultados da amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 1996.

<sup>9</sup> Nesse total, incluem-se também os trabalhadores para próprio consumo (72,4 mil, correspondendo a 1,6% do total de ocupados), que, no **Censo Demográfico 2000** (IBGE, 2002), aparecem discriminados.

Tabela 6

Distribuição dos ocupados, por posição na ocupação, no RS — 2000

POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO	ABSOLUTO	PERCENTUAL
<b>Empregados</b> .....	2 798 912	61,7
Com carteira de trabalho assinada (1) .....	1 782 181	63,7
Militares e funcionários públicos estatutários	268 741	9,6
Outros sem carteira de trabalho assinada (2)	747 991	26,7
<b>Empregadores</b> .....	158 370	3,5
<b>Conta-própria</b> .....	1 185 771	26,2
<b>Não-remunerados em ajuda a membro do domicílio</b> .....	318 237	7,0
<b>Trabalhadores na produção para o próprio consumo</b> .....	72 487	1,6
<b>TOTAL</b> .....	4 533 777	100,0

FONTE: IBGE. **Censo Demográfico 2000**: primeiros resultados da amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 2002. (CD-ROM).

(1) Inclusive os trabalhadores domésticos. (2) Inclusive os aprendizes ou estagiários sem remuneração.

Após tratar do universo de ocupados, foca-se um segmento específico do mercado de trabalho, o dos empregados formais, o que permite, pela disponibilidade de uma série histórica compatível, acompanhar a evolução entre um ano e o outro (Tabela 7). Ainda que, no interior do período 1989-00, se observem movimentos alternados de retração, de relativa estabilidade e de elevação do contingente empregado, registra-se, entre os anos extremos, um leve incremento no nível do emprego formal (0,8%), pela adição de um pouco mais de 14 mil postos de trabalho, atingindo-se, em 2000, o maior estoque de trabalhadores formais de toda a série (1.893.789 trabalhadores).

Sob a ótica setorial, considerando-se os principais setores de atividade<sup>10</sup>, o saldo do período foi negativo apenas para a indústria de transformação. O processo de reestruturação produtiva que tomou corpo e se intensificou nos anos 90, aliado à política econômica do Governo Collor — que patrocinou uma liberalização comercial sem precedentes na economia brasileira —, atingiu em cheio o setor industrial, que, nos primeiros anos da década, "queimou" milhares

<sup>10</sup> Os setores mais importantes na estrutura do emprego formal do RS são a indústria de transformação, o comércio, o serviços e a administração pública, responsáveis, em conjunto, por cerca de 90% do emprego formal ao longo de todo o período analisado.

de postos de trabalho, resultado da introdução de inovações tecnológicas e organizacionais e, sobretudo, da adoção de medidas de ajustes — que culminaram no fechamento de incontáveis empresas —, para fazer frente à concorrência com os produtos importados. Para o RS, a situação veio agravar-se com edição, em 1994, do Plano de Estabilização Econômica (Plano Real), que, ao garantir a valorização cambial, via âncora cambial, prejudicou fortemente o setor exportador, que é um importante dinamizador da economia gaúcha. No final da década, as alterações na política cambial, com a adoção do câmbio flutuante e do regime de metas de inflação, sinalizam uma reação favorável do mercado de trabalho gaúcho, quer se trate do segmento formal, quer se trate do universo dos ocupados.

Tabela 7

Evolução do emprego formal, por setores de atividade, no RS — 1989 e 2000

SETORES DE ATIVIDADE	1989	2000	VARIAÇÃO % 2000/1989
<b>Primário</b> .....	29 322	70 020	138,8
<b>Secundário</b> .....	665 433	606 153	-8,9
Extrativa mineral.....	5 393	4 800	-11,0
Indústria de transformação .....	586 977	514 104	-12,4
Serviços industriais de utilidade pública	20 559	18 711	-9,0
Construção civil.....	52 504	68 538	30,5
<b>Terciário</b> .....	1 123 419	1 217 527	8,4
Comércio.....	291 628	312 527	7,2
Serviços .....	488 187	539 861	10,6
Administração pública.....	343 604	365 139	6,3
<b>Outros/ignorado</b> .....	61 363	89	-99,9
<b>TOTAL</b> .....	1 879 537	1 893 789	0,8

FONTE: BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **RAIS**: Relação Anual de Informações Sociais 1989-2000. Brasília: MTE, 1990-2001. (CD-ROM).

O exame da evolução do nível do emprego formal nos principais setores analisados, entre 1989 e 2000, mostra uma retração de 12,4% no contingente empregado na indústria de transformação, enquanto se verificou expansão de 10,6% no setor serviços, de 7,2% no comércio e de 6,3% na administração pública.

As diferentes *performances* do emprego nos principais setores de atividade fizeram com que, ao final do período, se atingisse uma nova configuração no mercado de trabalho estadual. A indústria de transformação, que, em 1989, respondia pela maior parcela do emprego formal do RS (cerca de 31%), em 2000, caiu para a segunda posição, 27,1% do emprego estadual. O setor serviços ampliou sua participação de 26,0% para 28,5%, passando da segunda para a primeira posição na estrutura setorial do emprego formal no Estado. A administração pública e o comércio, por sua vez, ainda que tenham aumentado sua participação no emprego estadual — passando de cerca de 18,3% para 19,3%, no primeiro caso, e de 15,5% para 16,5%, no outro —, mantêm-se nas mesmas posições relativas do início do período, ocupando, respectivamente, a terceira e a quarta posição.

## 1.2 - O recorte regional: os Coredes

Os 22 Coredes (Mapa 1) que compunham o RS à época da pesquisa evidenciavam importantes diferenças. No que diz respeito à evolução demográfica, no período 1991-00, duas situações distintas podem ser identificadas: de um lado, quatro regiões com queda de população e, de outro, as demais 18, que, seguindo a tendência do agregado estadual, exibiam crescimento da população residente.<sup>11</sup> Os Coredes Fronteira Noroeste, Missões, Noroeste Colonial e Médio Alto Uruguai foram os que apresentaram diminuição de população, com taxas compreendidas entre -0,4% no Fronteira Noroeste e -7,5% no Médio Alto Uruguai, sendo, por isso, caracterizados como expulsores de população. Nas demais regiões, todas com aumento populacional compreendido entre 1,7%, no Nordeste, e 29,7%, no Paranhana, a grande discrepância entre as magnitudes de variação configura um quadro de heterogeneidade entre os Coredes. Em sete deles (Paranhana, Litoral, Serra, Vale do Caí, Hortênsias, Vale do Rio dos Sinos e Metropolitano Delta do Jacuí), a variação positiva superou a do agregado estadual (11,4%), identificando tais regiões como de atração populacional. Nos demais 11 Coredes (Vale do Taquari, Sul, Centro-Sul, Produção, Fronteira Oeste, Vale do Rio Pardo, Central, Campanha, Norte, Alto Jacuí e Nordeste), a variação positiva ficou abaixo daquela do agregado do Rio Grande do Sul.

---

<sup>11</sup> As variações populacionais aqui apresentadas tomam por base os dados de 1991 recalculados e publicados junto à **Sinopse Preliminar do Censo de 2000** (IBGE, 2001), os quais compatibilizam a divisão territorial daquele ano com a deste. Esse ajuste realizado pelo IBGE restringe-se aos contingentes populacionais, de modo que as variáveis de mercado de trabalho, como PEA, PIA, etc., não incorporam tal correção.

Seguindo o comportamento do agregado estadual, o avanço do processo de urbanização foi tendência comum em praticamente todos eles.<sup>12</sup> Entretanto é preciso destacar as diferenças encontradas na participação da população urbana, nos diferentes espaços regionais. Em 2000, em seis regiões (Vale do Rio dos Sinos, Metropolitano Delta do Jacuí, Fronteira Oeste, Paranhana, Serra e Sul), a ponderação da população urbana superava a do agregado estadual (81,6%), sendo o Corede Vale do Rio dos Sinos o que ostentava o maior percentual de população urbana (97,8%), enquanto o Médio Alto Uruguai, com a menor relação entre população urbana e total (43,9%), era o único em que a população urbana era minoritária.

Ao se proceder à análise das variáveis relacionadas ao mercado de trabalho, uma vez mais se observam diferenças significativas no comportamento dos 22 Coredes. Para essas variáveis, como já destacado para o agregado do Estado, o tratamento em termos evolutivos, entre 1991 e 2000, não pôde ser feito, já que foram introduzidas mudanças metodológicas que alteraram a definição de diversas variáveis, prejudicando a sua comparação.

A taxa de participação mostrou valores bastante homogêneos para os Coredes tanto em 1991 como em 2000. Em 1991, o Corede Campanha (49,9%) e o Vale do Taquari (66,1%) eram os que ostentavam a menor e a maior taxa de participação respectivamente. Em 2000, o Corede Campanha mantinha-se com a menor taxa de participação (53,3%), enquanto o Médio Alto Uruguai passou a deter a maior taxa de participação (68,6%), encontrando-se, nesse ano, 12 Coredes (Hortênsias, Vale do Rio dos Sinos, Produção, Vale do Caí, Vale do Rio Pardo, Norte, Noroeste Colonial, Serra, Paranhana, Vale do Taquari, Fronteira Noroeste e Médio Alto Uruguai) nos quais a taxa de participação superava a do agregado estadual (61,2%).

Também em relação à taxa de desocupação, constatam-se, em 2000, taxas regionais com uma maior homogeneidade do que em 1991. Nesse ano, o Vale do Taquari e o Campanha exibiram a menor e a maior taxa de desocupação respectivamente, com valores de 1,2% no primeiro Corede e de 7,3% no outro. Em 2000, a taxa de desocupação do Médio Alto Uruguai (5,7%), a menor dentre todos os Coredes, era cerca de um terço da exibida pelo Fronteira Oeste (16,8%), que detinha o maior valor (Tabela 8).

---

<sup>12</sup> A única exceção é o Corede Metropolitano Delta do Jacuí, no qual a população urbana teve pequena queda em sua participação (um ponto percentual). Considere-se que essa região era a mais urbanizada em 1991 e que, em 2000, na segunda posição, atingia nada menos do que 95,5% de taxa de urbanização.

Tabela 8

Indicadores selecionados, por Coredes, no RS — 1991 e 2000

COREDES	POPULAÇÃO URBANA		POPULAÇÃO TOTAL	
	1991	2000	1991(1)	2000
Alto Jacuí .....	128 213	144 886	187 731	193 846
Campanha .....	149 776	162 096	202 583	215 060
Central .....	438 387	500 075	597 423	646 479
Centro-Sul .....	133 049	163 386	210 463	230 199
Fronteira Noroeste .....	109 344	128 450	211 081	210 338
Fronteira Oeste .....	433 185	490 515	504 474	549 422
Hortênsias .....	73 966	94 308	106 825	125 583
Litoral .....	148 440	214 245	217 916	280 103
Médio Alto Uruguai .....	58 182	80 638	198 644	183 813
Metropolitano Delta do Jacuí .....	1 898 239	2 159 269	1 962 815	2 260 022
Missões .....	155 498	169 134	268 734	266 144
Nordeste .....	97 485	115 084	173 567	176 479
Noroeste Colonial .....	175 982	194 211	318 742	310 785
Norte .....	111 032	139 742	205 383	213 005
Paranhana-Encosta da Serra ...	109 641	162 386	144 763	187 822
Produção .....	305 754	368 896	438 643	478 426
Serra .....	470 458	613 933	612 952	742 212
Sul .....	594 917	686 686	761 154	833 372
Vale do Caí .....	73 595	106 826	126 564	150 836
Vale do Rio dos Sinos .....	985 205	1 167 701	1 018 249	1 193 365
Vale do Rio Pardo .....	190 184	241 202	381 430	414 747
Vale do Taquari .....	156 010	209 230	288 534	319 691

(continua)



Tabela 8

Indicadores selecionados, por Coredes, no RS — 1991 e 2000

COREDES	PIA		PEA	
	1991	2000	1991	2000
Alto Jacuí .....	147 580	161 346	80 740	94 749
Campanha .....	160 680	177 769	80 140	94 686
Central .....	484 561	541 458	249 710	307 066
Centro-Sul .....	161 642	189 969	84 649	109 977
Fronteira Noroeste .....	165 711	176 950	103 449	121 116
Fronteira Oeste .....	395 732	446 173	202 193	251 602
Hortênsias .....	87 599	103 026	49 160	63 120
Litoral .....	171 556	229 566	90 835	136 518
Médio Alto Uruguai .....	145 023	150 204	85 470	103 015
Metropolitano Delta do Jacuí .....	1 583 973	1 877 850	872 792	1 131 887
Missões .....	214 438	220 783	116 885	132 702
Nordeste .....	138 228	145 639	77 493	86 552
Noroeste Colonial .....	252 515	258 362	144 556	170 282
Norte .....	164 232	177 889	105 412	117 059
Paranhana-Encosta da Serra .....	104 843	153 384	67 474	104 123
Produção .....	357 950	396 265	204 473	246 300
Serra .....	490 387	625 921	306 388	416 867
Sul .....	617 834	695 036	329 407	388 491
Vale do Caí .....	103 063	126 284	60 268	82 005
Vale do Rio dos Sinos .....	808 679	976 901	470 444	598 913
Vale do Rio Pardo .....	308 380	344 478	196 889	223 954
Vale do Taquari .....	232 859	269 887	153 994	183 538

(continua)

Tabela 8

Indicadores selecionados, por Coredes, no RS — 1991 e 2000

COREDES	TAXA DE PARTICIPAÇÃO (%)		TAXA DE DESOCUPAÇÃO (%)	
	1991	2000	1991	2000
Alto Jacuí .....	54,7	58,7	2,7	10,6
Campanha .....	49,9	53,3	7,3	15,3
Central .....	51,5	56,7	3,2	11,8
Centro-Sul .....	52,4	57,9	3,1	12,0
Fronteira Noroeste .....	62,4	68,4	2,2	7,3
Fronteira Oeste .....	51,1	56,4	4,3	16,8
Hortênsias .....	56,1	61,3	3,5	7,8
Litoral .....	52,9	59,5	3,5	12,7
Médio Alto Uruguai .....	58,9	68,6	2,0	5,7
Metropolitano Delta do Jacuí .....	55,1	60,3	4,5	15,8
Missões .....	54,5	60,1	3,5	10,8
Nordeste .....	56,1	59,4	3,4	8,4
Noroeste Colonial .....	57,2	65,9	2,7	8,8
Norte .....	64,2	65,8	1,5	8,3
Paranhana-Encosta da Serra .....	64,4	67,9	4,2	7,6
Produção .....	57,1	62,2	3,0	11,9
Serra .....	62,5	66,6	2,0	9,3
Sul .....	53,3	55,9	4,0	15,0
Vale do Caí .....	58,5	64,9	2,7	8,1
Vale do Rio dos Sinos .....	58,2	61,3	4,1	13,7
Vale do Rio Pardo .....	63,8	65,0	1,6	7,7
Vale do Taquari .....	66,1	68,0	1,2	6,2

FONTE: IBGE. **Censo Demográfico 1991**: mão-de-obra — resultados da amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 1996.

IBGE. **Censo Demográfico 2000**: primeiros resultados da amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 2002. (CD-ROM).

(1) Dados ajustados de acordo com a divisão territorial vigente em 01.08.00, publicados na **Sinopse Preliminar do Censo Demográfico de 2000** (IBGE, 2001).

No que diz respeito à distribuição setorial da ocupação (Tabela 9), observa-se que, tanto em 1991 como em 2000, o Setor Terciário tinha significativa participação na ocupação de todos os Coredes. Em 1991, o Terciário tinha a maior parcela dos ocupados em 10 Coredes e, em 2000, em mais da metade dos Coredes. Ao final do período, além daqueles Coredes que já em 1991 concentravam a maior parte de seus ocupados no Terciário (Alto Jacuí, Campanha, Central, Centro Sul, Fronteira Oeste, Hortênsias, Litoral, Metropolitano Delta do Jacuí, Produção e Sul), passaram também a fazer parte desse grupo Missões, Serra, Vale do Caí, Vale do Taquari e Vale do Rio dos Sinos.<sup>13</sup> Nesses 15 Coredes, em 2000, o peso do Terciário variava de 36,5% no Vale do Taquari a 76,6% no Metropolitano Delta do Jacuí.

O Setor Primário, que, de maneira geral, tinha maior expressão nos Coredes com menor grau de urbanização, em 1991 concentrava a maior parcela de ocupados em oito deles (Fronteira Noroeste, Médio Alto Uruguai, Missões, Nordeste, Noroeste Colonial, Norte, Vale do Rio Pardo e Vale do Taquari). Em 2000, era o de maior significado na ocupação, em apenas seis Coredes: o Fronteira Noroeste, o Médio Alto Uruguai, o Nordeste, o Noroeste Colonial, o Norte e o Vale do Rio Pardo, com ponderação compreendida entre 40,8% no Norte e 59,9% no Médio Alto Uruguai.

O Setor Secundário, na maior parte dos Coredes, detinha a menor parcela dos ocupados. Em 1991, somente nos Paranhana, Serra e Vale do Rio dos Sinos, o Secundário era o preponderante;<sup>14</sup> em 2000, apenas o Paranhana mantinha a maior concentração de ocupados no Secundário, com ponderação de 58,9% — mais do que o dobro da verificada no nível estadual —, contrastando com os 10,2% encontrados no Médio Alto Uruguai, a mais baixa concentração nesse ano.

Os dados a respeito da distribuição setorial da ocupação deixam clara a importância do Terciário para grande parte dos Coredes. Também em relação à distribuição setorial do VAB, evidencia-se o destacado papel do Terciário para as economias regionais.

---

<sup>13</sup> Em 1991, nos Coredes Missões, Nordeste e Vale do Taquari, a maior parte dos ocupados encontrava-se no Setor Primário; no Serra e no Vale do Rio dos Sinos, era o Setor Secundário que absorvia a maior parcela dos ocupados; e, por fim, no Vale do Caí, o Setor Terciário aparecia com a mesma ponderação que o Secundário (35,4%).

<sup>14</sup> Além desses Coredes, pode-se considerar ainda o Vale do Caí, no qual o Secundário e o Terciário detinham fatias iguais da ocupação (35,4%).

Tabela 9

Distribuição setorial da ocupação, por Coredes, no RS — 1991 e 2000

COREDES	1991			
	Primário	Secundário	Terciário	Outros
Alto Jacuí .....	34,8	14,2	49,1	2,0
Campanha .....	21,0	19,1	57,9	2,0
Central .....	29,0	14,0	54,9	2,2
Centro-Sul .....	37,5	21,6	39,6	1,3
Fronteira Noroeste .....	52,8	11,8	33,7	1,7
Fronteira Oeste .....	18,8	15,7	63,5	2,1
Hortênsias .....	24,4	35,6	38,2	1,8
Litoral .....	24,1	26,0	47,7	2,3
Médio Alto Uruguai .....	66,2	9,2	23,7	0,9
Metropolitano Delta do Jacuí .....	1,8	23,5	69,0	5,7
Missões .....	45,6	10,5	41,5	2,4
Nordeste .....	46,6	13,9	38,3	1,2
Noroeste Colonial .....	48,9	12,3	37,5	1,4
Norte .....	51,9	15,0	31,7	1,4
Paranhana-Encosta da Serra .....	12,7	60,3	25,7	1,4
Produção .....	36,0	15,9	46,0	2,2
Serra .....	15,9	42,8	39,2	2,1
Sul .....	27,4	18,7	51,7	2,3
Vale do Caí .....	29,2	35,4	34,0	1,4
Vale do Rio dos Sinos .....	1,8	50,4	45,4	2,4
Vale do Rio Pardo .....	50,8	20,5	27,4	1,3
Vale do Taquari .....	40,4	28,3	30,1	1,2

(continua)

Tabela 9

Distribuição setorial da ocupação, por Coredes, no RS — 1991 e 2000

(%)

COREDES	2000			
	Primário	Secundário	Terciário	Outros
Alto Jacuí .....	29,5	15,9	53,1	1,6
Campanha .....	18,4	17,3	62,9	1,4
Central .....	26,5	15,3	57,2	1,0
Centro-Sul .....	35,1	19,4	44,6	0,9
Fronteira Noroeste .....	47,2	13,5	38,1	1,2
Fronteira Oeste .....	17,1	14,2	68,0	0,6
Hortênsias .....	17,6	34,7	46,6	1,1
Litoral .....	19,2	25,7	54,5	0,7
Médio Alto Uruguai .....	59,9	10,2	29,0	0,9
Metropolitano Delta do Jacuí .....	1,8	20,6	76,6	1,1
Missões .....	39,4	12,0	47,5	1,2
Nordeste .....	41,7	16,4	41,2	0,7
Noroeste Colonial .....	45,0	13,4	40,5	1,0
Norte .....	40,8	19,2	38,1	1,8
Paranhana-Encosta da Serra .....	9,2	58,9	31,5	0,4
Produção .....	24,9	20,7	52,9	1,5
Serra .....	14,4	39,8	45,1	0,7
Sul .....	24,5	16,2	58,4	0,9
Vale do Caí .....	23,6	36,5	38,9	1,0
Vale do Rio dos Sinos .....	1,5	43,5	54,3	0,7
Vale do Rio Pardo .....	46,4	19,0	34,1	0,5
Vale do Taquari .....	32,5	30,1	36,5	0,9

FONTE: IBGE. **Censo Demográfico 1991**: mão-de-obra — resultados da amostra Rio de Janeiro: IBGE, 1996.

IBGE. **Censo Demográfico 2000**: primeiros resultados da amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 2002. (CD-ROM).

O Terciário foi o único setor a apresentar crescimento do VAB em todas as regiões, o menor no Noroeste Colonial (3,2%) e o maior no Paranhana (66,5%), atingindo uma variação média de 26,1%, pouco superior à do agregado do RS, que foi de 25,0%. Comparativamente aos demais setores, o Terciário evidenciou o menor percentual médio de crescimento, com um comportamento mais homogêneo nas regiões. Ao final do período, esse setor, que já em 1990 respondia por parcela significativa do VAB de todas as regiões,<sup>15</sup> aumentou sua participação na maior parte delas — as exceções foram Centro-Sul, Nordeste, Norte, Fronteira Noroeste, Noroeste Colonial e Produção. Em 2000, a participação do Terciário no VAB regional assumiu valores entre 33,9% e 77,2% do VAB total nos Coredes Serra e Litoral respectivamente. Nesse ano, em 16 Coredes (Alto Jacuí, Campanha, Central, Centro-Sul, Fronteira Noroeste, Fronteira Oeste, Hortênsias, Litoral, Médio Alto Uruguai, Metropolitano Delta do Jacuí, Missões, Nordeste, Noroeste Colonial, Norte, Produção e Sul), o Setor Terciário era o que detinha a maior parcela do VAB regional, sendo que, em apenas dois deles — Fronteira Noroeste e Norte —, a ponderação do Terciário não era majoritária. Observe-se que a maioria dessas regiões tinha também a maior parte dos ocupados alocados no Terciário, conforme visto anteriormente.<sup>16</sup>

No Secundário, a variação do VAB na média das regiões foi bem inferior à registrada no agregado estadual — 31,3% e 43,0% respectivamente —, situando-se pouco abaixo da variação média do Setor Primário (34,0%) e acima da variação do Terciário (26,1%). Em 2000, a participação do VAB do Secundário no VAB total apresentou queda em várias regiões, ficando seu valor compreendido entre 2,9% no Médio Alto Uruguai e 63,0% no Vale do Rio dos Sinos.<sup>17</sup> Nesse ano, em seis Coredes, o Setor Secundário era o que detinha a maior participação no VAB regional — Paranhana, Serra, Vale do Caí, Vale do Rio dos Sinos, Vale do Rio Pardo e Vale do Taquari. Destes, fazendo-se um cotejo com os dados de ocupação, observa-se que apenas o Paranhana tinha a maioria de seus ocupados no Secundário.

O VAB do Setor Primário, que em 1990 tinha ponderação compreendida entre 0,4% no Vale do Rio dos Sinos e 41,2% no Médio Alto Uruguai, era o de menor peso no VAB regional, na maior parte dos Coredes. Apesar de seu expressivo crescimento em diversas regiões, ao final do período, detinha ainda

---

<sup>15</sup> Em 1990, a participação do Setor Terciário no VAB regional registrou valores compreendidos entre 32,6% no Vale do Taquari e 57,8% no Noroeste Colonial.

<sup>16</sup> As exceções eram os Coredes Fronteira Noroeste, Médio Alto Uruguai e Norte, que tinham a maior parte dos ocupados no Primário; e o Paranhana, no qual o Secundário detinha o maior contingente de ocupados.

<sup>17</sup> Em 1990, a participação do VAB do Secundário no VAB total atingiu seu valor mínimo no Corede Médio Alto Uruguai (6,6%) e máximo no Corede Paranhana (67,0%).

participação no VAB total abaixo daquela dos Setores Secundário e Terciário. Mesmo assim, em algumas regiões, respondia por parcela considerável do VAB, destacando-se, dentre estas, aquelas nas quais a maior parcela dos ocupados estava alocada nesse setor. Em 2000, a participação do Setor Primário no VAB total teve seu valor mínimo no Vale do Rio dos Sinos (0,2%) e o máximo no Médio Alto Uruguai (43,3%), com uma participação média no conjunto dos Coredes de 20,6%, bastante acima da participação do setor no agregado estadual, que foi de 11,9% (Tabela 10).

Tabela 10

Distribuição setorial do VAB e sua variação, segundo os Coredes e os setores da economia, no RS — 1990 e 2000

COREDES	DISTRIBUIÇÃO SETORIAL (1)		
	1990		
	Primário	Secundário	Terciário
Alto Jacuí .....	30,9	15,7	53,4
Campanha .....	19,3	26,3	54,4
Central .....	27,8	16,6	55,6
Centro-Sul .....	17,8	30,5	51,7
Fronteira Noroeste .....	26,5	24,8	48,7
Fronteira Oeste .....	27,1	23,8	49,1
Hortênsias .....	12,3	46,6	41,1
Litoral .....	10,7	52,3	36,9
Médio Alto Uruguai .....	41,2	6,6	52,2
Metropolitano Delta do Jacuí ...	1,5	45,7	52,8
Missões .....	38,7	7,4	53,9
Nordeste .....	36,8	11,5	51,8
Noroeste Colonial .....	27,8	14,4	57,8
Norte.....	28,5	21,4	50,0
Paranhana-Encosta da Serra ...	2,7	67,0	30,3
Produção .....	24,8	20,2	55,0
Serra .....	7,3	59,8	32,9
Sul .....	12,6	41,8	45,6
Vale do Caí .....	19,7	43,2	37,1
Vale do Rio dos Sinos .....	0,4	66,1	33,5
Vale do Rio Pardo .....	16,9	49,9	33,2
Vale do Taquari .....	13,1	54,3	32,6

(continua)

Tabela 10

Distribuição setorial do VAB e sua variação, segundo os Coredes e os setores da economia, no RS — 1990 e 2000

COREDES	DISTRIBUIÇÃO SETORIAL (1)		
	2000		
	Primário	Secundário	Terciário
Alto Jacuí .....	29,7	12,4	58,0
Campanha .....	23,7	18,4	57,9
Central .....	25,4	10,6	64,0
Centro-Sul .....	19,6	29,3	51,1
Fronteira Noroeste .....	24,8	30,0	45,2
Fronteira Oeste .....	29,3	12,2	58,5
Hortênsias .....	16,5	25,9	57,6
Litoral .....	13,1	9,7	77,2
Médio Alto Uruguai .....	43,3	2,9	53,9
Metropolitano Delta do Jacuí ....	0,9	44,5	54,7
Missões .....	34,2	7,2	58,6
Nordeste .....	41,1	8,1	50,8
Noroeste Colonial .....	30,2	15,1	54,8
Norte.....	25,8	25,0	49,2
Paranhana-Encosta da Serra ...	3,7	60,9	35,4
Produção .....	22,9	26,2	50,9
Serra .....	9,8	56,2	33,9
Sul .....	13,3	34,1	52,6
Vale do Caí .....	13,3	45,9	40,8
Vale do Rio dos Sinos .....	0,2	63,0	36,7
Vale do Rio Pardo .....	16,4	47,9	35,7
Vale do Taquari .....	16,8	47,3	35,9

(continua)



Tabela 10

Distribuição setorial do VAB e sua variação, segundo os Coredes e os setores da economia, no RS — 1990 e 2000

COREDES	VARIÇÃO DO VAB 2000/1990 (2)			
	Primário	Secundário	Terciário	Total
Alto Jacuí .....	7,6	2,0	6,7	12,8
Campanha .....	44,2	-5,4	9,5	18,0
Central .....	13,2	-8,5	25,6	25,0
Centro-Sul .....	68,4	69,4	32,6	53,8
Fronteira Noroeste .....	28,0	91,3	11,4	37,7
Fronteira Oeste .....	22,2	-32,8	18,4	14,0
Hortênsias .....	50,8	-27,8	38,0	13,0
Litoral .....	5,6	-81,5	58,2	-13,1
Médio Alto Uruguai .....	50,3	-27,5	30,0	44,4
Metropolitano Delta do Jacuí ...	-21,0	56,0	26,3	39,7
Missões .....	-1,7	26,4	6,4	12,3
Nordeste .....	69,7	25,0	31,2	53,3
Noroeste Colonial .....	34,2	50,2	3,2	24,8
Norte .....	29,8	94,4	24,4	45,0
Paranhana-Encosta da Serra ...	122,3	70,8	66,5	63,5
Produção .....	33,9	117,0	17,6	45,8
Serra .....	97,4	59,3	32,6	47,5
Sul .....	19,3	6,9	14,7	14,0
Vale do Caí .....	-8,7	66,8	30,8	36,6
Vale do Rio dos Sinos .....	-21,0	49,5	30,6	36,5
Vale do Rio Pardo .....	30,3	49,9	27,3	35,8
Vale do Taquari .....	74,2	36,8	31,4	36,8

FONTES: NCR-FEE.

(1) É função do volume e do preço. (2) É função apenas do volume.

Retomando-se a análise das variáveis do **Censo 2000**, percebe-se que, de maneira geral, existem relações claramente reconhecíveis entre a distribuição setorial da ocupação e a distribuição por posição na ocupação (Tabela 11). Uma das situações bastante evidentes é que regiões com significativo peso do Setor Primário na ocupação tendem a ter alta participação de trabalhadores não remunerados e menor participação de empregados.<sup>18</sup>

Os empregados aumentaram sua participação em 14 regiões, atingindo, em 2000, participação média de 57,1%, valor abaixo do observado no agregado estadual (61,7%). Nesse ano, o Médio Alto Uruguai era o que detinha o menor percentual de empregados (31,3%), enquanto o Vale do Rio dos Sinos, com 76,0% de empregados, apresentava a maior participação dessa categoria. Também eram essas duas regiões as que, no mesmo ano, detinham a maior e a menor ponderação de não-remunerados, dessa vez, com o ordenamento inverso: 29,6% e 0,8% respectivamente.

A participação dos não-remunerados, que, na maioria das regiões, recuou no período analisado, atingiu, em 2000, uma média de 9,7% no conjunto dos 22 Coredes, um pouco acima daquela do agregado do RS, que, no mesmo ano, foi de 7,0%.

O comportamento do emprego formal nas regiões do RS, entre 1989 e 2000, mostra crescimento, na maior parte dos Coredes, em patamar superior ao registrado pelo agregado estadual, com destaque para o Noroeste Colonial (1,6%) e o Médio Alto Uruguai (56,4%), os de menor e os de maior magnitude de variação respectivamente. Os Coredes Campanha, Centro-Sul, Fronteira Oeste, Metropolitano Delta do Jacuí, Missões, Sul e Vale do Rio dos Sinos exibiram retração do emprego — a maior no Centro-Sul (-26,6%) e a menor no Missões (-3,3%).

---

<sup>18</sup> Em 1991, no Rio Grande do Sul, 93,3% dos ocupados sem remuneração trabalhavam nos setores de agropecuária, extração vegetal e pesca.

Tabela 11

Distribuição dos ocupados, por posição na ocupação e por Corede,  
no RS — 1991 e 2000

COREDES	1991				
	Total	Empre- gados	Conta- -Própria	Empre- gadores	Não-Re- mune- rados
Alto Jacuí .....	78 578	42 485	23 908	3 880	8 305
Campanha .....	74 256	51 038	19 370	3 185	663
Central .....	241 772	140 653	69 913	12 349	18 857
Centro-Sul .....	82 054	46 374	22 790	2 961	9 929
Fronteira Noroeste .....	101 172	38 381	33 040	3 183	26 568
Fronteira Oeste .....	193 499	134 436	46 828	10 487	1 748
Hortênsias .....	47 415	30 381	13 908	1 924	1 202
Litoral .....	87 697	47 135	33 273	4 613	2 676
Médio Alto Uruguai .....	83 772	22 353	35 384	1 306	24 729
Metropolitano Delta do Jacuí ..	834 002	615 702	175 704	38 436	4 160
Missões .....	112 771	53 759	40 689	3 768	14 555
Nordeste .....	74 856	36 266	25 228	3 019	10 343
Noroeste Colonial .....	140 702	61 921	45 463	6 197	27 121
Norte .....	103 825	38 717	32 741	2 972	29 395
Paranhana-Encosta da Serra	64 677	45 850	14 172	3 004	1 651
Produção .....	198 244	101 274	59 613	8 404	28 953
Serra .....	300 258	196 374	71 725	15 892	16 267
Sul .....	316 131	188 461	92 442	11 739	23 489
Vale do Caí .....	58 634	34 367	18 714	1 508	4 045
Vale do Rio dos Sinos .....	451 122	348 052	82 201	18 538	2 331
Vale do Rio Pardo .....	193 843	83 812	58 525	5 393	46 113
Vale do Taquari .....	152 088	73 763	45 532	5 505	27 288

(continua)

Tabela 11

Distribuição dos ocupados, por posição na ocupação e por Corede,  
no RS — 1991 e 2000

COREDES	2000				Não-Remunerados em Ajuda a Membro do Domicílio
	Total (1)	Empregados	Conta-Própria	Empregadores	
Alto Jacuí .....	84 676	48 320	26 731	2 983	5 152
Campanha .....	80 243	53 938	21 246	2 296	1 815
Central .....	270 816	155 867	78 865	9 450	16 653
Centro-Sul .....	96 806	52 821	27 761	2 903	11 707
Fronteira Noroeste .....	112 262	46 558	33 248	2 847	27 297
Fronteira Oeste .....	209 215	141 301	52 562	7 875	4 918
Hortênsias .....	58 182	39 057	14 110	2 585	1 208
Litoral .....	119 242	68 399	35 024	4 884	6 477
Médio Alto Uruguai .....	97 146	30 438	32 798	1 768	28 731
Metropolitano Delta do Jacuí ..	952 520	682 540	219 275	39 059	9 570
Missões .....	118 348	58 074	36 441	2 862	15 260
Nordeste .....	79 321	41 718	23 770	2 117	10 053
Noroeste Colonial .....	155 257	69 964	45 967	3 959	28 049
Norte .....	107 393	50 091	31 115	2 641	22 354
Paranhana-Encosta da Serra	96 185	70 936	18 181	3 495	1 792
Produção .....	217 108	124 775	65 471	7 222	16 599
Serra .....	378 165	246 746	91 715	17 563	19 884
Sul .....	330 222	190 609	101 400	9 592	23 257
Vale do Caí .....	75 389	45 592	20 943	2 075	4 125
Vale do Rio dos Sinos .....	516 600	392 570	98 576	20 021	4 265
Vale do Rio Pardo .....	206 600	95 146	60 797	5 059	40 610
Vale do Taquari .....	172 068	93 446	49 785	5 111	18 473

FONTE: IBGE. **Censo Demográfico 1991**: mão-de-obra — resultados da amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 1996.

IBGE. **Censo Demográfico 2000**: primeiros resultados da amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 2002. (CD-ROM).

(1) Inclui os trabalhadores na produção para próprio consumo.

Setorialmente, observa-se que o movimento do emprego formal mostra, na maior parte dos Coredes, convergência com o comportamento do congênere estadual. Na indústria de transformação, houve queda do emprego formal em 12 Coredes — a maior no Sul (-52,1%) e a menor no Serra (-1,5%). No comércio, 18 Coredes ostentaram crescimento do emprego, dos quais apenas três com variação inferior à do congênere estadual. Nesse setor, destacam-se os Coredes Hortênsias (60,8%) e Centro-Sul (2,0%) como os de maior e menor crescimento respectivamente. Em serviços, em 13 regiões, verificou-se crescimento do contingente empregado, o maior no Litoral (107,4%) e o menor no Metropolitano Delta do Jacuí (6,2%), que, juntamente com o Fronteira Noroeste (7,3%), foram os únicos dois Coredes a registrar aumento inferior ao do congênere estadual. Finalmente, na administração pública, 15 regiões exibiram crescimento do emprego, o maior no Paranhana (124,0%) e o menor no Nordeste (4,8%). Além do Corede Nordeste, apenas o Metropolitano Delta do Jacuí (5,9%) registrou crescimento inferior ao do mesmo setor no agregado estadual (Tabela 12).

Tabela 12

Distribuição setorial do emprego formal, segundo os Coredes,  
no RS — 1989 e 2000

COREDES	1989				Total
	Indústria de Trans- formação	Comércio	Serviços	Adminis- tração Pública	
Alto Jacuí .....	2 794	5 026	5 992	3 974	20 573
Campanha .....	2 377	5 687	8 563	5 922	29 689
Central .....	7 447	15 945	18 835	19 383	71 310
Centro-Sul .....	6 547	4 252	9 244	3 561	30 434
Fronteira Noroeste .....	5 742	5 502	5 196	3 562	22 263
Fronteira Oeste .....	7 673	16 359	18 565	12 022	65 148
Hortênsias .....	13 382	2 161	4 668	1 401	23 006
Litoral .....	5 113	5 934	4 784	5 140	23 943
Médio Alto Uruguai .....	657	2 111	1 620	2 637	7 844
Metropolitano Delta do Jacuí ..	111 484	96 405	223 882	196 830	681 676
Missões .....	3 407	5 985	6 834	5 920	24 912
Nordeste .....	4 598	3 278	4 098	3 171	18 239
Noroeste Colonial .....	7 502	7 094	9 899	6 875	35 157
Norte .....	7 105	4 334	5 394	3 233	22 598
Paranhana-Encosta da Serra	26 924	2 820	2 442	1 680	34 876
Produção .....	13 754	14 827	16 314	8 478	59 478
Serra .....	100 283	18 066	30 135	9 430	165 633
Sul .....	33 330	22 580	38 279	17 580	129 210
Vale do Caí .....	10 909	3 007	2 984	2 433	20 764
Vale do Rio dos Sinos .....	157 770	31 651	46 055	20 670	269 308
Vale do Rio Pardo .....	18 910	9 323	10 389	5 585	47 668
Vale do Taquari .....	29 370	6 825	12 229	4 106	56 537
Ignorado .....	9 899	2 456	1 786	11	19 271

(continua)

Tabela 12

Distribuição setorial do emprego formal, segundo os Coredes,  
no RS — 1989 e 2000

COREDES	2000				Total
	Indústria de Trans- formação	Comércio	Serviços	Adminis- tração Pública	
Alto Jacuí .....	2 419	6 237	4 655	4 558	21 586
Campanha .....	2 984	5 617	6 342	4 553	25 550
Central .....	10 764	16 529	22 229	16 242	76 346
Centro-Sul .....	4 757	4 336	5 312	4 406	22 338
Fronteira Noroeste .....	6 813	5 957	5 576	4 390	25 454
Fronteira Oeste .....	4 351	15 935	15 060	10 230	60 289
Hortênsias .....	10 617	3 474	5 606	2 623	24 455
Litoral .....	6 765	8 860	9 922	7 048	36 036
Médio Alto Uruguai .....	1 506	2 846	2 412	4 285	12 270
Metropolitano Delta do Jacuí ..	74 712	88 074	237 760	208 373	651 409
Missões .....	2 912	6 292	5 815	5 738	24 096
Nordeste .....	4 311	3 900	3 755	3 324	21 503
Noroeste Colonial .....	7 380	8 983	9 042	6 802	35 716
Norte .....	11 241	5 398	7 032	4 196	31 767
Paranhana-Encosta da Serra	35 798	3 993	4 669	3 764	49 220
Produção .....	18 842	16 921	19 909	8 123	71 141
Serra .....	98 736	25 680	44 086	12 683	192 004
Sul .....	15 955	21 723	33 972	19 149	104 393
Vale do Caí .....	16 575	4 318	6 178	2 704	32 259
Vale do Rio dos Sinos .....	123 167	37 440	67 471	19 094	257 960
Vale do Rio Pardo .....	18 586	10 179	12 669	6 836	53 423
Vale do Taquari .....	34 913	9 835	10 389	6 018	64 574
Ignorado .....	-	-	-	-	-

FONTE: BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **RAIS**: Relação Anual de Informações Sociais 1989-2000. Brasília: TEM, 1990-2001. (CD-ROM).

## 1.3 - As regiões estudadas

### 1.3.1 - O Corede Serra

O Corede Serra (Mapa 2) é composto por 32 municípios, sete dos quais constituídos nos anos 90. Abrigava 7,3% da população do Estado em 2000 e gerava 11,5% do VAB estadual em 2000. O Setor Secundário tem papel destacado, respondendo, em 2000, por 56,2% do VAB do Corede e por 39,8% da ocupação, patamares muito mais elevados do que os do Estado (41,0% e 24,4% respectivamente). A taxa de urbanização da região, em 2000, era de 82,7%, bem próxima à do RS, 81,6%.

O principal município do Corede é Caxias do Sul, que detinha, em 2000, o maior contingente populacional (48,5% do total regional) e a mais alta taxa de urbanização (92,5%), bem como a maior parcela do VAB regional (49,9% em 2000) e a maior parcela dos ocupados do Corede (45,4%). A seguir, considerando-se o tamanho da população, o grau de urbanização, a participação no VAB e a participação na ocupação, merecem destaque Bento Gonçalves, Farroupilha e Garibaldi.

A produção primária no Serra calca-se na agricultura familiar desenvolvida em pequenas propriedades (61,7% das propriedades rurais tinham até 20 hectares em 1995) e volta-se principalmente para a fruticultura e para a criação de suínos e aves. O Setor Primário detinha, em 2000, 14,4% dos ocupados do Serra (em contraste com os 20,1% observados no agregado estadual) e era o setor com menor participação no produto regional — 9,8% em 2000, abaixo da participação do congênere no Estado (11,9%).

A indústria concentra-se, espacialmente, em Caxias do Sul — responsável por 55,1% do VAB industrial da região em 2000 — e em Bento Gonçalves (13,1%). Farroupilha, Garibaldi e Carlos Barbosa, mesmo com participações menos expressivas, são também municípios de referência pelas atividades industriais ali desenvolvidas.

A indústria de transformação é responsável, no Serra, por pouco mais da metade do emprego formal, caracterizando-se pela diversificação: em 2000, madeira e mobiliário detinha a maior parcela do emprego formal do setor (16,6%); seguiam-se metalúrgica, material de transporte e alimentos e bebidas, com 15,8%, 13,4% e 12,1% respectivamente. O segmento de mecânica respondia por 7,4% do emprego industrial, enquanto o de borracha, fumo e couros e o de têxtil detinham 7,1% do emprego industrial cada um. Destacam-se no parque industrial do Serra empresas de grande porte, reconhecidas no mercado internacional.



O Setor Terciário tinha o segundo maior contingente formalmente empregado (43,0% do total em 2000). Entretanto, se considerado o universo de ocupados, detinha a primeira posição (45,1% em 2000). Em ambos os casos, essas participações eram inferiores às observadas no agregado do Estado (64,3% e 54,6% respectivamente).

O mercado de trabalho caracteriza-se por uma taxa de participação mais elevada do que a do RS (66,6% *versus* 61,2% em 2000) e por uma menor taxa de desocupação (9,3% *versus* 12,2%). O emprego assalariado, no conjunto dos ocupados, era mais representativo na região (65,2%) do que no Estado (61,7%), ao contrário do trabalho não remunerado, que tinha uma incidência menor no Corede Serra (5,3%) do que no agregado estadual (7,0%). Os empregados com carteira de trabalho tinham expressão maior no Corede (75,7% do total de assalariados) do que no Estado (63,7%).

O expressivo crescimento da população registrado no Serra, ao longo dos anos 90 — 21,1% entre 1991 e 2000, bem acima do verificado no Estado (11,5%) —, configura a região como um pólo de atração populacional, o que tem implicações diretas sobre a dinâmica do mercado de trabalho.

### 1.3.2 - O Corede Vale do Taquari

O Vale do Taquari (Mapa 3) abrangia 36 municípios em 2000, 12 deles criados após 1991, período em que muitas emancipações ocorreram no Estado, processo que foi intenso na região. Em 2000, respondia por 3,1% da população gaúcha e detinha 4,1 % do VAB estadual. O Setor Secundário predomina na geração do VAB do Corede (47,3% em 2000), embora seja o menos expressivo quando se trata do total da ocupação (30,1%). A taxa de urbanização, em 2000, era de 65,4%, bem inferior à do agregado estadual.

O principal município é Lajeado, identificado como uma cidade-pólo, contando, em 2000, com o maior contingente populacional (20,0% do total regional), a maior taxa de urbanização (93,9%) e a maior fatia do VAB regional (17,3% em 2000) e da ocupação (18,9%). Seguiam-se, considerando-se o tamanho da população, a taxa de urbanização, o VAB e a participação na ocupação, Estrela, Taquari, Teutônia, Encantado e Arroio do Meio. No Vale do Taquari, a produção primária tem sua base na agricultura familiar, em pequenas propriedades — 78,9% dos estabelecimentos rurais tinham até 20 hectares, em 1995. O Setor Primário gerava 32,5% dos postos de trabalho da região em 2000, parcela significativamente superior à observada no agregado estadual (20,1%). Entretanto era o setor com menor peso no VAB regional —16,8% em 2000, participação, ainda assim, superior à alcançada pelo setor no VAB do Estado (11,9%).

Mesmo com essa menor ponderação no VAB, o Setor Primário é de alta relevância para o Vale do Taquari por seus encadeamentos com os demais setores, sobretudo com o Secundário. Produtos expressivos da agricultura regional, como milho, soja e mandioca, são utilizados na criação integrada de aves, suínos, gado leiteiro e, em menor proporção, na de bovinos confinados. Tais produtos, por sua vez, são transformados nas cooperativas agroindustriais ou nas empresas privadas da própria região, conferindo ao Corede características de um “pólo protéico”.

O Setor Secundário era responsável pela menor parcela dos ocupados em 2000 (30,1%), superior, assim mesmo, à participação do setor na ocupação, no Estado. Em termos de distribuição espacial, em 2000, grande parte do VAB do Secundário (78,5%) provinha de seis municípios: Teutônia (23,1%), Lajeado (17,5%), Arroio do Meio (12,0%), Taquari (9,6%), Estrela (8,6%) e Encantado (7,7%).

Da mesma forma que no agregado do Estado, o Setor Terciário concentra o maior contingente de ocupados da região — 36,5% em 2000 —, configurando-se, entretanto, no Vale do Taquari, uma distribuição setorial mais equilibrada do que a do Rio Grande do Sul, onde o Terciário abriga mais da metade da população ocupada.

Todavia, ao se tratar do emprego formal, é a indústria de transformação que detém a maior expressão, abarcando, em 2000, 54,1% dos empregados da região, o dobro da participação que esse setor ostenta no Estado (27,1%). Na indústria de transformação desse Corede, destacam-se as participações dos segmentos calçados (42,6%) e alimentos e bebidas (28,1%), ou seja, 70,7% dos postos industriais legalizados estão em dois segmentos produtivos. Ao contrário do Serra, esses dados revelam uma indústria regional especializada.

No Vale do Taquari, 68,0% dos indivíduos em idade ativa tomavam parte do mercado de trabalho em 2000 — configurando-se uma taxa de participação mais elevada do que a do Estado. Já a taxa de desocupação, naquele mesmo ano, era de 6,2%, a metade da do Estado. O emprego assalariado era menos representativo na região (54,3% do total dos ocupados) do que no Estado (61,7%). Já o trabalho não remunerado abrangia 10,7% dos ocupados, superando o patamar estadual (7,0%). Dentre os vínculos de emprego do Corede, 72,8% contemplavam o registro em carteira, situação mais favorável do que a do agregado do Estado (63,7%). Assim como no Serra, a forte presença da atividade industrial repercutiu em uma maior formalização das relações de trabalho.

### 1.3.3 - O Corede Fronteira Noroeste

O Corede Fronteira Noroeste (Mapa 4) abrange 20 municípios, seis dos quais constituídos nos anos 90. Em 2000, abrigava 2,1% da população gaúcha,

gerava 2,0% do VAB estadual e detinha 2,5% dos ocupados do RS. No mesmo ano, a agropecuária teve papel destacado na região, respondendo, ao final da década passada, por 24,8% do VAB do Corede e por 47,2% da ocupação — percentuais, em ambos os casos, cerca de duas vezes superiores aos verificados no agregado do Estado. A taxa de urbanização da região, em 2000, era de 61,1%, bem inferior aos 81,6% do RS.

O principal município do Corede é Santa Rosa, que exerce funções de cidade-pólo, detendo, em 2000, o maior contingente populacional (30,9% do total regional) e a mais alta taxa de urbanização (86,1%), bem como a maior fatia do VAB regional (29,7%) e da ocupação (25,4%). Em seguida, pelo tamanho e pelo grau de urbanização, merecem destaque Três de Maio, Horizontina e Santo Cristo. Há marcante diversidade na realidade socioeconômica intra-regional, expressa no Índice Social Municipal Ampliado da FEE (ISMA-FEE): no *ranking* relativo a 1998, Horizontina e Santa Rosa obtiveram as duas primeiras posições entre todos os municípios do interior do Estado; Nova Candelária (422º colocado), Porto Vera Cruz (361º), Porto Mauá (357º) e Senador Salgado Filho (319º), por sua vez, estavam entre as piores posições. Os entrevistados apontaram como especialmente precária a situação social dos municípios costeiros ao rio Uruguai, na fronteira com a Argentina.

A agricultura da Fronteira Noroeste esteve, a partir dos anos 70, nucleada pela soja, que deu sustentação a um ciclo de expansão regional, o qual começou a emitir sinais de esgotamento nos anos 90. Em 1991, a região colhia 8,4% da soja do Rio Grande do Sul; em 2000, 6,5%. A estrutura fundiária tem forte predomínio da pequena propriedade (76,3% dos estabelecimentos rurais tinham até 20 hectares em 1995), o que tensiona a viabilidade da produção de grãos.

A indústria, em 2000, representava 30,0% do VAB da região, 13,5% da ocupação — patamares inferiores aos do Estado — e era bastante concentrada: espacialmente, em Horizontina e Santa Rosa (cada qual detinha mais de 40% do VAB industrial da região); setorialmente, na mecânica, responsável por 39,2% do emprego formal da indústria de transformação do Corede em 2000. Se considerado o setor metal-mecânico, atingiam-se 47,2% do emprego formal. Despontam nesse segmento duas empresas de expressão internacional no mercado de máquinas agrícolas, que têm raízes na SLC, fundada em Horizontina, na década de 40, e na Ideal S/A, constituída nos anos 50, em Santa Rosa. Nos anos 90, as duas firmas passaram integralmente ao controle de grupos estrangeiros, sendo a primeira uma unidade da John Deere e a segunda, da AGCO. Quanto ao emprego, o segundo segmento industrial em importância é a indústria de alimentos e bebidas (25,6% dos postos formais em 2000). A liderança desses dois subsetores põe em evidência a íntima vinculação entre indústria e agronegócio. Em 2000, a indústria de transformação do Corede contava com apenas um grande estabelecimento (500 empregados ou mais) e seis médios (100 a 499 empregados).

O mercado de trabalho caracteriza-se por uma taxa de participação mais elevada do que a do RS (68,4% *versus* 61,2% em 2000) e por uma menor taxa de desocupação (7,3% *versus* 12,2%). O emprego assalariado, no conjunto dos ocupados, era bem menos representativo na região (41,5%) do que no Estado (61,7%), o oposto verificando-se com o trabalho não remunerado (24,3% e 7,0% respectivamente), forma de inserção fortemente associada com o meio rural e com a agropecuária. Entre 1991 e 2000, o Fronteira Noroeste não teve nenhum crescimento populacional — enquanto, no RS, houve aumento de 11,5% —, o que coloca o problema das migrações como um dos mais candentes na percepção dos atores sociais regionais.

### 1.3.4 - O Corede Norte

O Corede Norte (Mapa 5) é composto por 30 municípios, nove criados ao longo da década de 90. Em 2000, sua população representava 2,1% do total da população do Estado, o VAB correspondia a 1,9% do estadual, e os ocupados eram 2,4% do total do RS. Assim como no Fronteira Noroeste, a agropecuária tem na região um peso muito superior ao verificado no agregado do Estado, sendo responsável por 25,8% do VAB do Corede e por 40,8% da ocupação em 2000. A taxa de urbanização da região era de 65,6% em 2000, muito abaixo da verificada no RS.

O principal município é Erechim, cidade-pólo do Corede, com o maior contingente populacional em 2000 (42,4% do total regional) e a mais alta taxa de urbanização (90,8%), bem como com a maior parcela do VAB regional (44,7% em 2000). Em seguida, a uma larga distância, podem-se mencionar Getúlio Vargas e Estação, município que outrora foi um bairro de Getúlio Vargas.

A produção primária no Corede está amparada na agricultura familiar e nas pequenas propriedades — 60,6% das propriedades rurais tinham até 20 hectares, e 92,8% não ultrapassavam os 50 hectares, em 1995 —, voltada para a produção de grãos — milho, soja e trigo — e para a criação de aves, porcos e gado leiteiro. Como cultura permanente, a extração da erva-mate tem destaque. A produção integrada também se faz presente no Norte, com a atuação de duas grandes cooperativas agroindustriais.

O Setor Secundário era o menos expressivo no Corede Norte, ao se tratar tanto do VAB (25,0% do total regional em 2000) quanto da ocupação (19,2% do total de ocupados em 2000, 69,2% dos quais na indústria de transformação), com percentuais inferiores aos do Estado. Tratava-se de uma indústria espacialmente concentrada, em que um único município (Erechim) gerava 75,5% do VAB industrial em 2000, enquanto outros dois, Getúlio Vargas e Estação, registravam participações de 7,7% e 5,6% respectivamente. Setorialmente, essa

indústria também se mostrava concentrada: em 2000, 40,3% do seu emprego formal localizavam-se no subsetor alimentos e bebidas; 10,1% em madeira e mobiliário; 11,1% em material de transporte; e 8,9% em mecânica, visualizando-se quatro segmentos responsáveis por 70% do emprego industrial. Na sua totalidade, a indústria de transformação detinha 35,4% do emprego formal do Corede. A atividade industrial é fortemente vinculada à produção agrícola local, com a presença das processadoras de produtos agrícolas e das fabricantes de insumos para as lavouras.

O Setor Terciário era o segundo maior absorvedor de mão-de-obra no Corede, com 38,1% dos ocupados em 2000, e o primeiro, ao se tratar do emprego formal, respondendo por mais da metade dos postos de trabalho legalizados no mesmo ano. Era também o principal setor na geração do VAB regional (49,2% em 2000).

O mercado de trabalho caracterizava-se por uma taxa de participação superior à do RS (65,8% contra 61,2% no RS em 2000) e por menor desocupação (8,3% contra 12,2%). O emprego assalariado era bem menos representativo na região (46,6% dos ocupados) do que no Estado (61,7%), ao contrário do trabalho não remunerado, que tinha uma expressão acentuadamente superior no Norte (20,8%) do que no agregado estadual (7,0%). Os empregados com carteira de trabalho tinham participação pouco menor no Corede (62,4% do total de assalariados) do que no Estado (63,7%).

---

A distinção entre esses Coredes manifesta-se em várias dimensões, a começar por suas estruturas produtivas. No Serra e no Vale do Taquari, o principal agregado no VAB era o Secundário, enquanto, no Fronteira Noroeste e no Norte, era o Terciário. O Setor Primário tinha peso bem superior, nestes dois últimos Coredes, ao verificado nas outras duas regiões. O Vale do Taquari configura uma situação intermediária entre a feição fortemente industrial do Serra e a identidade claramente agropecuária do Fronteira Noroeste e do Norte.

A distribuição setorial da ocupação recoloca esses contrastes. O Terciário — que em 2000 detinha a maior fatia da ocupação no Serra e no Vale do Taquari e a segunda maior no Fronteira Noroeste e no Norte — não oferece contraste expressivo, pois a dispersão das participações que atingia não era grande (entre 36,5% e 45,1%). Já o Setor Primário marca fortes diferenças. Em dois Coredes, liderava a ocupação, representando quase a metade (47,2%) dos postos de trabalho no Fronteira Noroeste e 40,8% no Norte. No Vale do Taquari, era o segundo maior, com participação destacável (32,5%) frente ao parâmetro gaúcho (20,1%). No Serra, restringia-se a 14,4%. O inverso ocorre com o Secundário, que, tendo por referência o agregado do Rio Grande do Sul (24,4%),

tem no Serra um grande destaque (39,8%); é vigoroso no Vale do Taquari (30,1%) e tem pouca expressão no Fronteira Noroeste e no Norte (13,5% e 19,2%).

O traço mais industrial das economias do Serra e do Vale do Taquari manifesta-se também na distribuição setorial do emprego formal.<sup>19</sup> Em 2000, a indústria de transformação era, numa abertura em oito setores, aquele com maior contingente nos quatro Coredes. No Serra e no Vale do Taquari, entretanto, atingia maioria absoluta, enquanto, no Norte e no Fronteira Noroeste, ficava em 35,4% e 26,8% respectivamente.

O emprego industrial põe em relevo mais um traço distintivo do Serra: uma indústria altamente diversificada, com presença significativa de praticamente todos os segmentos. Nos demais Coredes, um percentual predominante do emprego concentrava-se em apenas dois setores, sendo um deles, nos três casos, a indústria de alimentos e bebidas — expressão do peso da cadeia do agronegócio nessas economias.

Esses quatro mercados regionais de trabalho apresentavam, em 2000, taxas de participação superiores à do agregado estadual, o que indica maior pressão por ocupação. Quanto à forma de inserção dos trabalhadores, no Serra — em conformidade com o peso da indústria no seu tecido produtivo —, os assalariados eram quase dois terços dos ocupados em 2000, e o percentual daqueles com carteira de trabalho assinada era elevado — nos dois casos, comportamentos mais favoráveis do que os do Estado. No Vale do Taquari, a significativa presença de atividades agropecuárias associada à participação expressiva da indústria configurava novamente uma “situação intermediária”: o assalariamento cobria mais da metade dos ocupados, mas era inferior ao do mercado de trabalho gaúcho; já a participação dos trabalhadores com carteira assinada no total dos empregados era maior do que no Estado. No Fronteira Noroeste e no Norte, a força da agropecuária e da produção familiar resultava em baixos níveis de assalariamento e em menores proporções de empregados com carteira de trabalho. Em contrapartida, a proporção de trabalhadores por conta própria e especialmente de não-remunerados era maior nessas regiões do que nas outras duas e no RS.

Quanto à desocupação, em 2000 a maior taxa encontrava-se no Serra, seguido pelo Norte, pelo Fronteira Noroeste e pelo Vale do Taquari, observando-se que as taxas das quatro regiões eram significativamente inferiores à do

---

<sup>19</sup> Ao se considerar somente o segmento formalizado, está se lidando com uma parcela cuja representatividade no conjunto do mercado de trabalho, além de ser restrita, é variável de acordo com a região. Assim, a **RAIS** de 2000 apresentava para o Rio Grande do Sul um contingente que correspondia a 42% do número de ocupados apreendido pelo Censo do mesmo ano. No Serra, essa relação situava-se em 51%. Nos outros três Coredes, o emprego formal tinha menor significado do que no total do Rio Grande do Sul: 38% no Vale do Taquari, 30% no Norte e 23% no Fronteira Noroeste.

agregado estadual. As taxas de desocupação não são suficientes para que se avaliem as pressões enfrentadas nesses mercados de trabalho. Um dos elementos a que a pesquisa de campo conferiu grande relevância foi a associação entre desemprego e movimento migratório. As taxas de variação populacional comprovam que o Fronteira Noroeste e o Norte se constituíram, ao longo dos anos 90, em zonas de expulsão. O Vale do Taquari nivelou-se ao Estado, enquanto o Serra alcançou um excepcional crescimento demográfico, caracterizando-se como uma zona de atração. Essas migrações incidem com muita intensidade sobre a dinâmica dos mercados regionais de trabalho. No Norte e no Fronteira Noroeste, o êxodo diz mais a respeito das adversidades do mercado de trabalho do que as taxas de desocupação, segundo os entrevistados, enquanto, no Vale do Taquari, na visão dos agentes regionais, a desocupação aparece freqüentemente vinculada à entrada de pessoas de fora da região, como um fenômeno “importado”.







Mapa 2

Corede Serra



FONTE: SIG-SCP.

NOTA: Divisão Municipal do Estado em 1995 — 467 municípios.

Mapa 3

## Corede Vale do Taquari

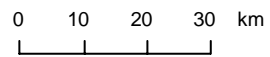


FONTE: SIG-SCP.

NOTA: Divisão Municipal do Estado em 1995 — 467 municípios.

Mapa 4

### Corede Fronteira Noroeste



FONTE: SIG-SCP.

NOTA: Divisão Municipal do Estado em 1995 — 467 municípios.

Mapa 5

## Corede Norte



FONTE: SIG-SCP.

NOTA: Divisão Municipal do Estado em 1995 — 467 municípios.



## 2 - A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA DOS ANOS 90 E OS MERCADOS REGIONAIS DE TRABALHO

---

Ao longo dos anos 90, os Coredes estudados, partindo de perfis heterogêneos, enfrentaram intensos e diferenciados processos de transformação socioeconômica. Se, em certa medida, é apropriado abordar essas regiões como subespaços em que se “manifesta” uma reestruturação produtiva brasileira (ou global), por outro lado, as singularidades de cada uma delas podem contribuir para enriquecer a interpretação do que se processa na dimensão nacional. Busca-se, a seguir, caracterizar alguns movimentos relevantes que se produziram nas economias e nos mercados de trabalho desses espaços regionais, na década passada. Indicadores dão o suporte mais propriamente estrutural da análise; o material produzido na pesquisa de campo, por sua vez, permite reconstituir e particularizar aspectos qualitativamente relevantes que condicionaram essas trajetórias regionais.

Espelhando, em parte, o critério adotado para a escolha das regiões pesquisadas, em todas elas o VAB teve, entre 1990 e 2000, crescimento superior ao do agregado estadual (33,7%): o Serra liderou com 47,5%, seguindo-se o Norte, com 45,0%, o Fronteira Noroeste, com 37,7%, e o Vale do Taquari, com 36,8%. Quanto à evolução do emprego formal (1989-00), enquanto, no Estado, houve certa estabilidade (variação de 0,8%), os quatro Coredes tiveram elevação de contingente. A mais intensa variação — nada menos do que 40,6% — ocorreu no Norte. Num outro patamar, seguem-se o Serra (15,9%), o Fronteira Noroeste (14,3%) e o Vale do Taquari (14,2%).

A heterogeneidade das dinâmicas regionais tem uma expressão contundente na evolução demográfica, já aludida: enquanto a população gaúcha cresceu 11,4% entre 1991 e 2000, a taxa do Serra foi o dobro (21,1%); a do Vale do Taquari equiparou-se à do Estado (10,8%), e as outras regiões configuraram-se como zonas de expulsão — no Norte, a variação foi de apenas 3,7%, e, no Fronteira Noroeste, foi negativa (-0,4%).

O aprofundamento do processo de urbanização foi generalizado, com queda da população rural nos quatro Coredes — menos intensa (-10,0%) no Serra (a mais urbana das regiões estudadas) do que nos demais, cujas variações foram de -16,6% no Vale do Taquari, de -19,5% no Fronteira Noroeste e de -22,4% no Norte. De forma associada, houve perda de participação do Setor Primário na

ocupação, em todas as regiões — repetindo-se um movimento mais brusco no Norte e mais ameno no Serra.<sup>20</sup>

Mesmo após esse recuo, o Setor Primário abrigava, em 2000, a maior parcela dos ocupados dos Coredes Norte e Fronteira Noroeste. No Vale do Taquari, ele cedeu a primeira posição, que ocupava em 1991, para o Terciário. No Serra, por fim, o Primário era o setor menos expressivo, tanto em 1991 quanto em 2000, com ponderações inferiores às verificadas no agregado do Estado.

Embora menos expressiva no contexto da região, a agropecuária teve no Serra sua mais destacável *performance*, considerada a variação de 97,4% do VAB — o que se associa à retração mais suave da população rural e à perda menos intensa de participação do Setor Primário na ocupação daquele Corede, já referidas. No Vale do Taquari, o comportamento do produto primário não ficou muito aquém, crescendo 74,2%. As outras duas regiões em que o Setor Primário tem maior relevância — respondendo, em 1999, por cerca de um quarto do VAB total, bem mais do que os 11,9% observados no agregado estadual — tiveram desempenho setorial muito inferior. No Norte, a variação foi de 29,8%, próxima à do Fronteira Noroeste, que foi de 28,0%, percentuais um pouco inferiores aos 33,7% verificados no Rio Grande do Sul.

A despeito dessas diferenças de representatividade e de desempenho da agropecuária, os depoimentos colhidos permitiram estabelecer como ponto comum entre as regiões pesquisadas que os êxitos logrados no setor envolveram articulação entre a produção primária e a agroindustrialização, bem como o direcionamento para nichos.

Esta última estratégia foi enfatizada no Norte e, ainda mais, no Fronteira Noroeste, onde ganhou corpo um esforço de diversificar a produção — bastante especializada, nas décadas de 70 e 80, na produção de grãos. Esta enfrentou uma conjugação de fatores adversos — exemplificados de forma extrema no caso da produção de soja —, que, seguramente, contribuíram para que fossem fracos os resultados do VAB setorial. Os entrevistados apontaram, dentre esses fatores: pressão concorrencial de produtores estrangeiros e das lavouras do centro-oeste brasileiro; custos de produção que comprometeram a adequação a pequenas propriedades; redução dos subsídios e créditos públicos; e empobrecimento dos solos. A fruticultura — cuja participação e evolução, no Serra, são destacáveis — tem sido uma das alternativas embrionariamente experimentadas no Norte e no Fronteira Noroeste, assim como a produção de hortigranjeiros, que já obteve resultados um pouco mais sólidos. Ainda assim, a década de 90, nesses dois Coredes, foi, do ponto de vista da produção agrícola, de busca de alternativas mais do que de uma reconversão efetiva.

---

<sup>20</sup> A mudança no conceito de ocupação entre os Censos de 1991 e de 2000 não permite que se comparem contingentes, apenas a distribuição setorial.



A pecuária, que nucleia o Setor Primário do Vale do Taquari e tem considerável peso nas quatro regiões, passou por uma reestruturação importante, que consagrou o paradigma da produção integrada. As empresas que processam laticínios, carne suína ou frangos passaram por um processo de concentração acentuado, no Estado, ao longo dos anos 90, e a entrada de capital estrangeiro nessas cadeias produtivas foi muito intensa (Benetti, 2000). Na industrialização dos produtos de origem animal, a *best practice*, acompanhada pelas grandes cooperativas regionais de produtores rurais — importantes peças no tecido produtivo do Norte, do Fronteira Noroeste e do Vale do Taquari —, foi a “produção integrada”. Essa sistemática vincula os produtores de animais e de leite às empresas que processam essa matéria-prima, as quais operam com elevados patamares de escala, exigem recorrentemente a introdução de novos insumos ou equipamentos, cuja aquisição acarreta endividamento cíclico do produtor e aumento de sua dependência aos contratos, e controlam qualidade e eficiência com rigor, inviabilizando os produtores que não os conseguem cumprir. Isso acarreta perda de autonomia e de lucratividade dos produtores primários, segundo avaliação praticamente generalizada. Na pesquisa, teve-se oportunidade de detectar mais claramente esse processo na suinocultura. A produção de um pequeno número de animais, que, no passado, teve um papel relevante na garantia de alguma renda monetária a minifúndios tipicamente coloniais, ficou praticamente inviabilizada. Com reverses de outra natureza, como, no final da década passada, um surto de febre aftosa no Estado e a retração do mercado argentino por conta da crise daquele país, a atividade sofreu uma reorganização relevante no Rio Grande do Sul, onde as regiões estudadas tiveram desempenhos diferenciados, expressos na variação de sua produção de animais, entre 1991 e 1999. A maior expansão (81,6%) ocorreu no Vale do Taquari; Serra e Norte equipararam-se no desempenho (55,1%), enquanto, no Fronteira Noroeste, houve redução de 10,1%. O caso deste último Corede é digno de nota, uma vez que a suinocultura foi um forte esteio da economia após a década de 50, quando foi constituído — por 170 acionistas, após intensa mobilização social — um frigorífico que representou um marco na história econômica da região. Nos anos 90, ele foi vendido para um grupo estrangeiro e, ao final da década, enfrentava dificuldades.

Essa reorganização da agroindústria, tão significativa nos Coredes estudados, é uma das expressões da forte movimentação que se processou, ao longo da década de 90, no universo empresarial dessas economias regionais, a qual adquiriu maior visibilidade e alcance no Setor Secundário.

No cômputo da década, o VAB desse setor cresceu mais fortemente nos dois Coredes menos industrializados: 94,4% no Norte e 91,3% no Fronteira Noroeste. Seguiram-se o Serra, com 59,3%, e o Vale do Taquari, com 36,8%. Apenas este último ficou abaixo do resultado do Estado (43,0%). Essas diferenças de evolução incidem sobre estruturas diferenciadas quanto à dimensão, cabendo

registrar que, em 2000, o valor do VAB do Secundário do Corede Serra era três vezes maior do que o do Vale do Taquari e mais de 10 vezes superior ao dos outros dois Coredes.

Correlatamente, nas regiões menos industrializadas (Fronteira Noroeste e Norte), o Secundário teve ganho de participação no total da ocupação, embora se mantendo como o setor de menor expressão no mercado de trabalho, com peso inferior, em 2000, ao observado no agregado estadual. No Vale do Taquari, o Secundário teve pequeno ganho de participação no mercado de trabalho, mantendo ponderação superior à da economia estadual. No Serra, diversamente, houve queda de três pontos percentuais, mas o Secundário manteve a maior concentração de ocupados.

A evolução do contingente formalmente empregado na indústria de transformação apresenta resultados convergentes com os indicadores anteriores: o Norte assumiu clara vantagem na variação (58,2%); seguiram-se o Vale do Taquari e o Fronteira Noroeste, com praticamente a mesma variação — 18,9% e 18,7% respectivamente. O Serra foi o único que teve retração (-1,5%), muito menos intensa, no entanto, do que a verificada no congênere estadual (-12,4%).

O crescimento do emprego industrial no Fronteira Noroeste, no Norte e no Vale do Taquari contraria a percepção de muitos entrevistados, que apontaram a introdução de inovações tecnológicas e organizacionais no setor como fatores geradores do desemprego regional. Possivelmente, o “enxugamento” em empresas de maior porte foi mais visível para os atores locais do que o significativo aumento do número de micro e pequenos estabelecimentos industriais, que é possível identificar na série da RAIS.

Essa é uma indicação de que os depoimentos colhidos nas regiões nem sempre ou necessariamente expressam uma percepção fiel dos fenômenos a que aludem. Ademais, o número de atores regionais entrevistados não poderia e não pretende dar suporte a uma apreensão exaustiva das realidades regionais. Ainda assim, a pesquisa qualitativa foi decisiva para que se aquilatasse a força que a reestruturação assumiu nesses espaços regionais. Destacam-se, a seguir, algumas situações concretas que a pesquisa permitiu identificar quanto às mudanças no universo empresarial dos Coredes.

O fechamento de unidades causou especial impacto, quando municípios pequenos perderam plantas com forte peso na economia local. Esses foram os casos da cervejaria adquirida e desativada pela Kaiser, em Getúlio Vargas (Norte), que teria levado cerca de 30% da arrecadação do Município, e de uma empresa de calçados que, após o Plano Real, fechou suas portas em Arroio do Meio (Vale do Taquari), eliminando 1.000 empregos. Os efeitos da quebra de vinícolas associativas no Serra foram agudos em municípios pequenos e em áreas rurais do Corede, o mesmo ocorrendo com empresas calçadistas, que, em grande número, encerraram suas atividades, especialmente em Farroupilha.

O deslocamento de plantas encontra uma manifestação típica na empresa calçadista Grendene, que transferiu os processos de transformação de Farroupilha (Serra) para o nordeste do País, valendo-se de incentivos fiscais e almejando menores custos de mão-de-obra. O Município perdeu cerca de 5.000 empregos, segundo os depoimentos.

Mudanças patrimoniais foram muito freqüentes, envolvendo:

- a) desnacionalização de firmas — particularmente relevante no Fronteira Noroeste, por envolver três de suas maiores empresas. A SLC, produtora de máquinas agrícolas, transferiu 40% e, a seguir, 100% de suas ações à norte-americana John Deere; a Lochpe-Maxion, que, no início dos anos 90, era proprietária do que havia sido a santa-rosense Máquinas Ideal, vendeu essa divisão à AGCO, também norte-americana, que vinha adquirindo, no mundo, os detentores da marca Massey Ferguson; o frigorífico Prenda foi vendido à Chapecó, encontrando-se, ao final da década, sob o controle do grupo argentino Macri. No Vale do Taquari, a Parmalat impôs forte revés à cadeia do leite ao adquirir a Lacesa, então detentora de 20% do mercado de leite fresco. Em sua estratégia de organização no mercado gaúcho, a multinacional reforçou a unidade de Carazinho em detrimento da bacia leiteira de Lajeado-Estrela;
- b) aquisição por outras empresas ou grupos nacionais — é o caso da compra, em 1996, pelo conglomerado Avipal, da Cooperativa Central de Leite Ltda. (CCGL). Essa operação, que modificou a natureza da gestão, teve um primeiro efeito desorganizador sobre elos da cadeia do leite em todo o Estado, destacado em depoimentos no Taquari, no Fronteira Noroeste e no Norte. No Serra, uma liderança do setor considerou que outras três empresas de laticínios absorveram a oferta do leite, em uma transição suave. No Norte, houve um processo de concentração protagonizado pela cooperativa Cotrel, que absorveu frigoríficos que não conseguiram sobreviver;
- c) associação com grupos nacionais ou estrangeiros para garantir aporte de capital ou tecnologias — no Taquari, a Cooperativa Languiru associou-se a uma empresa italiana para atualizar tecnologicamente a produção de embutidos; no Serra, a Agrale S/A associou-se à multinacional Internacional para criar a Navistar. Segundo entrevistados, o aporte da parceira estrangeira deu-se sob a forma de tecnologia, enquanto a firma nacional bancou as instalações e a mão-de-obra. O grupo Randon, também naquela região, realizou diversas *joint ventures* com empresas européias.

As mudanças tecnológicas, organizacionais e logísticas de empresas, independentemente de alterações na sua propriedade, expressaram-se em vários planos:

- a) desverticalização e terceirização — a AGCO, no Fronteira Noroeste, foi um caso destacado. Ainda sob o grupo lochpe, na metade dos anos 90, adotou uma política de terceirização, e, ao seu redor, constituiu-se um conjunto de firmas metal-mecânicas a ela umbilicalmente vinculadas. Estima-se em 30 o número de firmas hoje, algumas delas com cerca de 100 empregados. Essas plantas vêm ampliando seu mercado para além da AGCO e da região, e o chamado “pólo metal-mecânico” é muito valorizado pelos atores regionais como foco de dinamismo. A RAIS mostra que o emprego nesse complexo industrial não sofreu redução, entre 1989 e 1999, no Fronteira Noroeste, mesmo que a Maxion/AGCO tenha eliminado centenas de postos com sua desverticalização. No Norte, a Comil, fabricante de carrocerias, passou a atuar com dezenas de fornecedores, muitos de fora da região; também a Intecnial e a Sulmontagen, duas empresas de bens de capital de um mesmo grupo, valeram-se da terceirização, não apenas de serviços, mas também de etapas do processo de transformação, em sua reestruturação, sendo vistas como a origem de várias firmas. No Serra, os entrevistados vêm como significativa sobretudo a terceirização de serviços não vinculados às atividades-fim dos subcontratantes. Em alguns setores, entretanto, tornaram-se mais freqüentes parcerias abrangendo etapas da transformação industrial, como no segmento de bens de capital — que envolve empresas de plásticos e metalurgia, dentre outras — e no mobiliário;
- b) inovação tecnológica — muito enfatizado em afirmações genéricas dos entrevistados, o progresso técnico em algumas firmas das regiões pesquisadas ficou bem caracterizado em depoimentos e visitas. A Fruki, fabricante de bebidas no Vale do Taquari, tendo importado equipamentos alemães, passou a fazer garrafas PET e instalou uma linha totalmente automatizada de refrigerantes enlatados, bastando um químico e um trabalhador sem especialização para acompanhar o processo. Na mesma região, a modernização das balas Florestal foi significativa, permitindo-lhe expandir-se e, inclusive, adquirir a Neuguebauer, de Porto Alegre. Os entrevistados do Serra consideram-no muito bem posicionado no processo de inovações tecnológicas e organizacionais, destacando como exemplos as empresas Marcopolo (material de transportes) — que investiu muito na experimentação e na adaptação de técnicas japonesas e programas de qualidade — e Tramontina (metalúrgica) — que utiliza intensivamente os mais modernos recursos da microeletrônica e da robótica. No Fronteira Noroeste, a John Deere, ainda antes de assumir a totalidade do capital, proporcionou à então SLC um importante salto tecnológico;

- c) gestão e orientação estratégica das empresas — difundiu-se a utilização de inovações organizacionais, programas de qualidade, processos de “reengenharia” e outras experiências assemelhadas. Pela natureza diferenciada dessas entidades e por seu peso socioeconômico em três das regiões pesquisadas, enfatizam-se as cooperativas ligadas ao agronegócio. Todas aquelas que a pesquisa abrangeu passaram por processos de reestruturação — nos quais empresas privadas, como Sadia, Perdigão e Parmalat, foram fator de pressão, devido à concorrência, mas também modelos —, que implicaram mudanças em toda a cadeia produtiva, com ênfase para a relação com os produtores rurais, com base no paradigma da produção integrada. Programas de Qualidade Total (como o adotado pela Cosuel, no Taquari, em 1995), “focalização”, com a retirada da cooperativa de certas atividades (caso da Cotrel, no Norte) e implantação de divisões por áreas de negócios (Cootrimaio, no Fronteira) foram algumas das formas que assumiu o esforço de profissionalização e aperfeiçoamento da gestão e dos padrões produtivos. Entrevistados avaliaram que os requisitos de eficiência adotados pelas cooperativas geraram sensível seletividade entre os associados. Na Cotrel, ao final da década, estimava-se que 5.000 dos 13.000 cooperativados não tinham mais condições de permanecer integrados;
- d) expansão de mercados internacionais — no Fronteira Noroeste, as duas grandes empresas do complexo metal-mecânico (principal segmento industrial), uma vez desnacionalizadas, reforçaram um circuito internacional de comércio, especialmente o comércio intrafirma da John Deere. No Taquari, a penetração no mercado externo foi referida como fator indutor de investimentos crescentes em tecnologia nas indústrias produtoras de frango e de suínos; no segmento de calçados, a orientação para as exportações baseada em inovação teria permitido a algumas grandes empresas passarem ao largo da crise do setor — caso da Reifer e da Blip, de Teutônia, que cresceram significativamente na década. No Norte, a Comil tem presença sólida no mercado internacional, e avanços nesse sentido se deram no segmento de balas e no setor moveleiro. O Serra, historicamente mais inserido num circuito global de transações, teve, no setor de material de transporte — empresas como DHL, Randon e Marcopolo —, um vetor de dinamização de suas exportações, esforço bastante difundido, ademais, em todo o tecido produtivo.

Os depoimentos alusivos ao Setor Terciário aportaram também informações que mereceriam detalhamento. Por razões de concisão, registra-se, de forma genérica, que as atividades de serviços foram fortemente reconhecidas como

focos de dinamismo e geração de postos de trabalho nessas economias regionais, destacando-se educação e informática. O crescimento do VAB do Terciário superou o do Estado (25,0%) no Serra (32,6%) e no Vale do Taquari (31,4%). No Norte (24,4%), o comportamento desse agregado praticamente se igualou ao do Estado e, no Fronteira Noroeste, destoou, situando-se em apenas 12,4%.

Situações semelhantes verificaram-se quanto à evolução do emprego formal nos setores do Terciário. No comércio, Serra, Vale do Taquari e Norte exibiram crescimento muito mais intenso do que o Estado, enquanto o do Fronteira Noroeste ficou próximo ao patamar estadual. Nos serviços, o Serra e o Norte tiveram elevação bem superior à média estadual, enquanto o Fronteira Noroeste ficou abaixo, e o Vale do Taquari, dessa vez, teve acentuada queda. Na administração pública, todos os Coredes tiveram extraordinária expansão (de 23,2% no Fronteira Noroeste a 46,6% no Vale do Taquari), enquanto a do Estado foi de 6,2%.

Ainda com relação às transformações no mercado de trabalho, os entrevistados, de modo geral, explicitaram a dificuldade de quantificar fenômenos que, apesar disso, lhes pareciam evidentes. Nas quatro regiões, ainda que com diferenças de intensidade, apontou-se a expansão do trabalho autônomo, da informalidade na contratação de assalariados e de vínculos “atípicos” de trabalho, como contratos temporários e estágios.

Em situações específicas, como a dos associados que não conseguem “acompanhar” a reestruturação das cooperativas ou a de pescadores e remanescentes da agricultura familiar em terras exauridas (Coredes Norte e Fronteira Noroeste), identificaram-se focos mais candentes de exclusão. Uma preocupação generalizada com o desemprego é palpável nos depoimentos. Embora os dados dos Censos de 1991 e de 2000 não sejam compatíveis, constata-se que, no final da década, a “vantagem” das taxas de desocupação das regiões pesquisadas, frente à do Estado, tinha se estreitado. A única exceção é o Fronteira Noroeste, onde é claramente percebido que o desemprego aberto não se constitui como um problema mais vultoso devido às migrações — fenômeno com implicações diferenciadas, mas nem por isso menos sérias.

A tendência, nos quatro Coredes, foi de aumento da participação dos empregados no total de ocupados.<sup>21</sup> Apenas no Serra, o percentual ficou praticamente estável. Considere-se que essa era a região em que o assalariamento atingia a maior ponderação, tanto em 1991 quanto em 2000, e a única a superar o patamar estadual.

---

<sup>21</sup> Também aqui, as mudanças de conceituação entre os Censos de 1991 e de 2000 impedem que se faça comparação de contingente.

Coerentemente com a diminuição do peso do Setor Primário na ocupação, decresceu a participação dos trabalhadores não remunerados, categoria tipicamente agropecuária. Ainda assim, em 2000, essa posição na ocupação abarcava uma proporção destacável do total dos ocupados do Fronteira Noroeste (24,3%) e do Norte (20,8%). Apenas no Serra (5,3%), a proporção de não-remunerados era inferior à do Estado.

Finalmente, cabe mencionar as mudanças no perfil do trabalhador verificadas na década de 90. Nos quatro Coredes, as séries da RAIS comprovam o aumento da média etária dos trabalhadores e da sua condição de escolaridade.

A elevação da idade média dos empregados formais reflete, por um lado, o comportamento demográfico, notadamente o estreitamento na base da pirâmide etária, e, por outro, a dificuldade de inserção, no mercado de trabalho, dos segmentos mais jovens da população. No Norte e no Fronteira Noroeste, tendo em vista a propensão mais acentuada dos jovens para migrar, esse fenômeno foi ainda mais reconhecível.

O aumento da escolaridade dos trabalhadores, que também espelha uma mudança no perfil da população em idade ativa, expressa, por outro lado, maiores exigências de qualificação do sistema produtivo. Nas quatro regiões, os entrevistados, de maneira geral, externaram a visão de que o mercado de trabalho está mais exigente quanto à qualificação/escolaridade dos trabalhadores. A exigência de escolaridade formal (pelo menos o ensino fundamental completo) é um requisito generalizado para o recrutamento nas empresas, especialmente nas de maior porte.





### 3 - INSTITUIÇÕES E POLÍTICAS PÚBLICAS NA PERSPECTIVA REGIONAL

---

A par de todos os condicionantes de caráter estrutural, procurou-se valorizar, na concepção da pesquisa de campo, a dimensão institucional. Uma primeira interrogação era em que medida a “entidade” regional, tomada como opção no estudo, contava com reconhecimento e constituía efetivamente identidades nos espaços sociais investigados. Dessa questão, derivou o esforço de identificar instituições e instâncias de interação dos atores sociais que, no âmbito regional, pudessem influenciar ou assumir papel efetivo na concepção e na condução de estratégias de desenvolvimento e na resposta aos desafios enfrentados nos anos 90, especialmente no que diz respeito aos mercados de trabalho.

A avaliação dos atores sociais entrevistados foi a de que a delimitação geográfica de seus respectivos Coredes havia respeitado uma “continuidade” efetiva entre os municípios abrangidos, alicerçada em uma identidade historicamente consolidada, a qual combina, com variações de importância entre os Coredes, elementos étnicos, socioculturais, produtivos e físico-geográficos.

Pensar o desenvolvimento desde uma perspectiva regional é uma idéia que toma corpo em todos os Coredes investigados, com o reconhecimento de que a esfera do município é insuficiente para a dimensão da tarefa. A promoção do turismo, por exemplo — meta presente, em maior ou menor grau, nas quatro regiões —, contribui para sedimentar a perspectiva regional, já que nenhum dos municípios, isoladamente, conseguiria atrair e reter um fluxo turístico.

Os Conselhos são reconhecidos pelos atores sociais como uma instituição de formato adequado para pensar o desenvolvimento regional. São, porém, distintas as avaliações quanto ao funcionamento que essas instâncias vêm tendo na prática. No Norte e no Fronteira Noroeste, especialmente, foram freqüentes as manifestações quanto à falta de visibilidade de ações concretas, ou a uma forma de atuação pouco “plural”. Nessas duas regiões, o Conselho não estaria exercendo plenamente sua função de espaço de articulação da sociedade regional visando à elaboração e à implementação de estratégias de desenvolvimento. É na ausência de efetividade das diretrizes traçadas nos Planos Estratégicos de Desenvolvimento (PEDs) de cada região, os quais foram capitaneados pelos respectivos Conselhos, que reside o maior desapontamento dos agentes regionais. Até mesmo no Vale do Taquari, onde as manifestações

sobre a atuação do Conselho foram, de modo geral, positivas, não faltaram testemunhos de que pouco do que está “no papel” foi transposto para a realidade.

O reconhecimento obtido pela instituição Corede não impediu que a sociedade constituísse outros espaços de articulação. No Fronteira Noroeste, foi convergente a percepção de que houve muitas tentativas, ao longo dos anos 90, de estabelecer uma discussão sistemática sobre o desenvolvimento, mas que faltaram “ações concretas”. O mesmo pode-se dizer do Norte, em que vários depoimentos destacaram que um “plano de desenvolvimento” existia, mas ainda não tinha saído do papel. No Serra, no momento das entrevistas, ainda não havia um plano consolidado para a região — o processo estava em curso, e as manifestações foram, sobretudo, de expectativa.

Cabe registrar a existência de planos de desenvolvimento municipal, que, nos casos identificados na pesquisa de campo, se referiam a municípios de maior porte em nível regional e, por essa razão, contemplavam questões referentes ao seu entorno. Embora elaborados sem a participação da sociedade dos demais municípios, consolidavam uma abordagem eminentemente regional, como exemplifica o documento **Lajeado Século XXI** (ACIL, 1999). Nesse caso, a Associação Comercial e Industrial de Lajeado (ACIL) foi a artífice do processo, que envolveu os vários segmentos da sociedade em conjunto com a Universidade. No Corede Fronteira Noroeste, conhecem-se planos para o Município de Santa Rosa e algumas outras localidades, alguns associados a uma iniciativa do Sebrae, sofrendo críticas por não terem contemplado uma ampla discussão com todos os segmentos da sociedade. No Norte, depoimentos apontaram “idéias” para um plano municipal e a existência de um documento entregue para o Prefeito de Erechim, que esboça uma “visão” do que vai ser o Município em 2025, de escasso reconhecimento por parte do conjunto de atores locais ouvido na pesquisa.

Nos quatro Coredes, foi muito destacada a atuação da universidade regional — em todos os casos, privada e de caráter comunitário. Essas instituições são consideradas lideranças no processo de organização e de mobilização em torno dos rumos do desenvolvimento regional, mesmo nos casos em que sofrem contestações quanto à linha de atuação (em uma região que não será identificada, diversos entrevistados consideraram a universidade alinhada politicamente a elites regionais conservadoras). Também foi muito referido, nos quatro Coredes, o esforço das universidades para dar respostas a demandas regionais mais candentes, inclusive aquelas de pesquisa e desenvolvimento postas pelo tecido produtivo. Os êxitos nesses sentidos parecem ser diferenciados de região para região, e, em nenhum dos casos, houve avaliações integralmente convergentes. Cabe destacar que essas universidades tiveram ainda importante papel como empreendimentos. Na região Norte, esse fato mereceu de um entrevistado a jocosa declaração: “ (...) a ‘indústria’ que mais cresceu foi a da educação...

especialmente a universidade". De fato, a Universidade Integrada do Alto Uruguai e das Missões (Uri), reconhecida em 1992, expandiu-se muito, com um raio de influência que atualmente atinge mais de 100 municípios no Norte e no Noroeste do Estado. Conta com quatro *campi* e duas extensões, aproximadamente 6.000 alunos somente no *campus* de Erechim, onde são oferecidos 21 cursos. Segundo depoimentos, a Uri, no momento da pesquisa, teria um faturamento próximo a 50% do faturamento do Município de Erechim. No Vale do Taquari, o ensino superior data de 1969, com a implantação de uma extensão da Universidade de Caxias do Sul em Lajeado, que deu origem, após sucessivas transformações, ao Centro Universitário Univates, que possui 30 cursos de graduação, vários de pós-graduação e 6.000 alunos, atualmente. A Universidade Regional do Noroeste do Rio Grande do Sul (Unijuí) está presente na Fronteira Noroeste desde 1991, quando incorporou os cursos que eram oferecidos por uma instituição de Santa Rosa desde 1973. Oferece cerca de 40 cursos de graduação e 37 de pós-graduação e tem aproximadamente 2.700 alunos naquela cidade. No Corede Serra, a Universidade de Caxias do Sul, fundada em 1967, é reconhecida como tendo grande influência nos rumos do desenvolvimento regional. Hoje, o seu raio de atuação estende-se a 70 municípios, tendo sede em Caxias do Sul e unidades em oito outros municípios serranos. Com cerca de 30.000 alunos, oferece 38 cursos de graduação e 51 de pós-graduação, além das atividades de pesquisa e extensão. Anualmente, 300 mil pessoas participam dos seus programas, projetos e serviços, segundo a Universidade.

Embora em nenhuma das regiões estudadas se identifique um projeto articulado de desenvolvimento norteando efetivamente as ações do conjunto das instituições e dos atores sociais, verificou-se um amplo leque de iniciativas de entidades, isoladas ou articuladas, que, em alguns casos, alcançaram considerável relevância e eficácia.

Um exemplo eloqüente, vinculado à problemática da reestruturação produtiva, localizou-se no Fronteira Noroeste. Ali, a terceirização de uma grande empresa metal-mecânica provocou mobilização social para viabilizar que o novo arranjo logístico fixasse na região as etapas produtivas e os empregos. A constituição da cadeia de fornecedores — muitos dos quais ex-funcionários da empresa, que dela receberam equipamentos, considerados, em alguns depoimentos, sucateados — contou com diversas formas de apoio da Prefeitura de Santa Rosa, da Associação Comercial e Industrial e do sindicato local dos trabalhadores metalúrgicos.

Em contraste, no Corede Norte, que também foi palco de processo de terceirização em pelo menos uma grande empresa do complexo metal-mecânico — a qual hoje subcontrata firmas de fora da região —, não se tem notícia de uma mobilização com tais propósitos. Evidentemente, não se considera

desejável, *a priori*, um movimento como o ocorrido no Fronteira Noroeste, que buscou proteger o que foi considerado um interesse regional indo ao encontro da estratégia de uma grande empresa localizada na região. Circunstâncias específicas irão oportunizar e/ou legitimar ações coletivas dessa natureza.

Tomando-se outro registro destacável, alguns depoimentos enfatizaram a presença, no Corede Norte, de um movimento popular relativamente organizado, que originou um fórum de ONGs, rurais e urbanas, que discutiu projetos alternativos de desenvolvimento. A menção a projetos alternativos, em princípio identificados com propostas de inclusão social, não teve a mesma dimensão nas demais regiões.

Quando se procurou identificar esforços coordenados dos agentes sociais para a consecução de objetivos de interesse da região, observou-se que, no Vale do Taquari, os depoimentos convergiram no sentido de enunciar um alto grau de sinergia entre os diversos agentes sociais, contrastando com as falas dos entrevistados do Norte, onde ações conjuntas se processam de forma menos consensual e com um conflito latente. No Corede Fronteira Noroeste, houve também elevado reconhecimento de um ambiente favorável para a interação e a cooperação de representantes dos diversos segmentos sociais, embora essas iniciativas passem ao largo da instância Corede. No Serra, os testemunhos seguem na mesma direção, a da sinergia entre os agentes impulsionadores do desenvolvimento.

No Fronteira Noroeste, merece menção, ainda, a recente fundação de uma agência de desenvolvimento, a terceira fundada no Estado, que abarca Santa Rosa, mas tem abordagem regional, segundo o entrevistado que integra sua diretoria.

Sem distinção entre os Coredes, o que se destaca da fala dos atores sociais frente a questões referentes aos mercados de trabalho é uma íntima associação entre desenvolvimento e mercado de trabalho. Muito freqüentemente, perguntados por políticas de emprego, demonstraram compreender essa noção em sentido amplo e responderam enumerando programas de apoio ou incentivo à produção, de reforço ou implantação de atividades econômicas específicas.

Dentre eles, pode-se destacar, pela freqüência, a alusão aos impactos do Programa de Agricultura Familiar (Pronaf), contido no bojo do Programa de Geração e Renda (Proger) do Governo Federal. Ao lado das aposentadorias para os trabalhadores rurais, conquista dos anos 90, o Pronaf foi considerado fundamental para que não fosse ainda maior o êxodo rural nas regiões pesquisadas.

Na mesma lógica, destaca-se o Programa de Extensão Empresarial, implantado, em 2000, pela Secretaria de Desenvolvimento e Assuntos Internacionais (Sedai) e executado em parceria com as universidades regionais. Apesar de não estar inscrito na década de 90, esse Programa, em função da

sua repercussão, apareceu com força na fala dos agentes, nos quatro Coredes. Ao propiciar consultoria técnica gratuita, fortaleceria micro e pequenas empresas industriais, revigorando o tecido produtivo e o “empreendedorismo” e, com isso, abrindo novas oportunidades no mercado de trabalho.

Os Pólos de Inovação Tecnológica, programa que o Executivo Estadual instituiu nos anos 90, tendo passado por mudanças de formato e de designação, também se inserem entre as ações indiretas de promoção do emprego destacadas nas regiões estudadas, embora tenham expressões diferenciadas em cada Corede, dependendo do grau de articulação dos agentes sociais demandantes e da capacitação dos agentes executores.

Programas voltados para a ocupação e o emprego que tivessem incidência relevante no mercado de trabalho dessas regiões foram pouco reconhecidos, restringindo-se às ações do Sistema Público de Emprego — a intermediação de mão-de-obra, o Seguro-Desemprego, o Proger e o Programa Qualificar, que teve início em 1996, mantido com os recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), uma política de abrangência nacional. A maior parte das referências relacionou-se aos cursos de qualificação, tanto os do Programa Qualificar quanto os promovidos pelos Senai, Senac, Senar, Sebrae e por instituições privadas. Nos Coredes Fronteira Noroeste e Norte, houve bastante destaque ao Programa Primeiro Emprego, iniciativa do Governo Estadual, que teve início na Gestão Olívio Dutra.

De forma geral, os entrevistados compartilham a convicção de que é necessário dinamizar a economia para permitir a emergência de novas e melhores ocupações e garantir oportunidades para uma parcela significativa da força de trabalho que, mesmo quando não exposta ao desemprego aberto, se encontra em posição frágil no mercado — caso, por exemplo, de muitos minifundiários e, dentre estes, dos jovens, em especial. Evidentemente, os agentes regionais têm clara consciência de o quanto as perspectivas de desenvolvimento se encontram balizadas por condicionantes macroeconômicos e institucionais que se inscrevem nos planos nacional, estadual ou mesmo global. Ainda assim, encontra-se bastante difundida a perspectiva segundo a qual importante papel na determinação da prosperidade e do bem-estar desses subespaços territoriais cabe às estratégias e às ações de suas próprias forças sociais.



## 4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

---

A década de 90 foi marcada, em nível nacional, pelo processo de reestruturação produtiva, que reconhecidamente incidiu de forma bastante negativa no mercado de trabalho, o que pôde ser claramente sentido no Rio Grande do Sul. Entretanto diversas evidências apontavam que o comportamento dos indicadores para o agregado do Estado abrigava uma significativa diversidade regional. Este estudo buscou avançar no conhecimento dessa heterogeneidade e dos fatores que a condicionaram.

Por um lado, a pesquisa sobre quatro regiões gaúchas permitiu visualizar significativas diferenças estruturais entre elas, que em muito precedem os movimentos da década passada. As características de alguns desses mercados de trabalho, bastante diferenciados da realidade metropolitana — quer por suas dimensões, quer pela estrutura produtiva —, põem em relevo aspectos que podem eventualmente alimentar a discussão sobre os levantamentos estatísticos e sobre as análises dos mercados de trabalho. Por exemplo: tomando-se o conceito de desemprego oculto pelo desalento, utilizado na Pesquisa de Emprego e Desemprego, sugere-se que, quanto menores, menos diversificadas economicamente e mais estagnadas as localidades, mais rapidamente o indivíduo esgota o raio de procura de trabalho, de modo que, quando não logra êxito, emigra ou “se desalenta”. Também o trabalho precário aparece como um fenômeno relevante, adquirindo outros contornos. Especificamente o trabalho não remunerado, fortemente associado à produção agropecuária familiar, atinge proporções elevadíssimas em algumas regiões.

Por outro lado, na década de 90, as regiões estudadas tiveram desempenhos positivamente diferenciados, no Estado, em muitas das dimensões analisadas, destacando-se o crescimento do emprego formal. Isso não significa que tenham sido “poupadas” dos constrangimentos associados à reestruturação produtiva. Pelo contrário: uma forte “acomodação de camadas” manifestou-se, nesses Coredes, em desnacionalização de empresas, fechamentos de plantas, desverticalização, proliferação de vínculos atípicos de trabalho (contratos temporários, elevação das proporções de aprendizes e estagiários) em firmas de elevado porte, dentre tantos outros fenômenos.

Também a agropecuária passou por significativas transformações, que geraram acentuada evasão da população rural. A pesquisa fez com que recobrasse evidência o peso da emigração como mecanismo de “ajuste” nos mercados de trabalho. Nas regiões menos urbanizadas e estruturalmente mais calcadas no Setor Primário, o êxodo rural não foi absorvido na porção urbana da

região, redundando em taxas muito baixas ou nulas de variação da população total num intervalo de praticamente 10 anos. O Vale do Taquari, por sua vez, teve um acréscimo demográfico muito próximo ao do Rio Grande do Sul, enquanto o Serra teve crescimento duas vezes superior ao do Estado, redobrando-se, ali, o imperativo de desenvolver-se para gerar postos de trabalho.

Em que pese aos contrastes, em todos os Coredes estudados, uma parcela preponderante dos entrevistados reconheceu, em iniciativas institucionais, estratégias concebidas regionalmente e, em traços socioculturais de suas populações, elementos que favoreceram uma performance positivamente diferenciada na década de 90. As falas expressam elevada afinidade com a perspectiva de que as regiões são instâncias efetivas de organização social e de integração econômica. Mais do que isso, a sociedade dessas regiões toma a si papel ativo na elaboração e na condução de estratégias de desenvolvimento, as quais incorporam e afirmam certo grau de autonomia relativa, o que pode ser considerado um elemento novo na cultura política e institucional brasileira.

A rede de instâncias de articulação e de representação regional inegavelmente se adensou em todas essas regiões, nos anos 90, tendo havido, nessa direção, influência de políticas estaduais — como a instauração dos Coredes em 1991, ou a implantação do Orçamento Participativo Estadual no final da década —, que, no entanto, não obscurecem o impulso intra-regional a que se associaram. A diversidade social e de porte entre essas regiões torna heterogêneas suas estruturas de representação, debate e negociação. Ainda assim, pôde-se verificar que — com graus maiores ou menores de enfrentamento entre segmentos; com uma conflitividade mais manifesta ou menos — se consolidaram ou reforçaram, na década de 90, esferas multiinstitucionais dedicadas à problemática do desenvolvimento regional. A avaliação de sua condução e eficácia não foi uniforme, mas a importância de sua existência praticamente não foi contestada.

Quanto às políticas diretamente voltadas para o mercado de trabalho ou para a força de trabalho, poucas iniciativas originárias das regiões foram registradas, e as que foram tinham alcance limitado. Registre-se que alguns programas públicos de nível estadual — com vinculação, como no caso do Sine, à esfera federal — tiveram avaliações bastante positivas e que parcerias, recentes quando da realização do trabalho de campo, entre o poder público estadual e instituições regionais também tiveram boa acolhida. Esse é o caso de programas como o de Extensão Empresarial ou os Pólos de Inovação Tecnológica. Nos dois casos, ressalte-se, o foco não é propriamente o mercado de trabalho, o que se associa a uma percepção bastante reconhecível nos atores regionais entrevistados: a problemática da ocupação e do emprego aparece, se não subordinada, fortemente vinculada aos desafios do desenvolvimento. O fortalecimento de atividades produtivas consolidadas, a elevação do valor



agregado, a abertura de novas frentes de crescimento do produto e a descoberta de alternativas com viabilidade econômica para segmentos como a agricultura familiar são os termos que os atores regionais entrevistados geralmente põem à frente da equação com que se defrontam no contexto das transformações deflagradas na década de 90.



## REFERÊNCIAS

---

- ACCURSO, Jorge da Silva. **Perfil sócio-econômico das regiões de planejamento do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: FEE, 1996, 335p.
- ACIL. **Lajeado Século XXI**. Lajeado: ACIL, 1999.
- ALONSO, Antonio F.; BANDEIRA, Pedro S. Considerações metodológicas sobre a divisão regional. In: ALONSO, Antonio F.; BENETTI, Maria D.; BANDEIRA, Pedro, S. **Crescimento econômico da Região Sul do Rio Grande do Sul: causas e perspectivas**. Porto Alegre: FEE, 1994, p. 213-229.
- AZEREDO, B.; RAMOS, Carlos A. Políticas públicas de emprego: experiências e desafios. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, IPEA, n. 12, p. 91-116, jun./dez. 1995.
- BANDEIRA, Pedro S. (Coord.). **Crescimento regional no Rio Grande do Sul: tendências e desafios do Projeto 2010**. Porto Alegre: SCP, 1997. (Texto para discussão).
- BANDEIRA, Pedro. **Participação, articulação de atores sociais e desenvolvimento regional**. Brasília: IPEA, 1999. (Texto para discussão, n. 630).
- BENETTI, Maria D. Reestruturação do agronegócio no Brasil e no Rio Grande do Sul, nos anos 90: concentração, centralização e desnacionalização. In: FLIGENSPAN, F. (Org.). **Economia gaúcha e reestruturação nos anos 90**. Porto Alegre: FEE, 2000.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **RAIS: Relação Anual de Informações Sociais 2000**. Brasília: MTE, 2001. (CD-ROM).
- BREITBACH, Áurea Corrêa de Miranda. Mudanças tecnológicas e efeitos territoriais de Caxias do Sul como objeto de estudo. **Indicadores Econômicos**, FEE, Porto Alegre, v. 25, n. 1, p.178-201, 1996.
- CASTILHOS, Clarisse Chiappini; PASSOS, Maria Cristina (Org.). **Competitividade e inovação na indústria gaúcha**. São Leopoldo: Unisinos; Porto Alegre: FEE, 1998, 234p.
- FOGOLARI, Everson. **Reestruturação produtiva: implicações nas relações de trabalho: um estudo de caso no setor metal-mecânico em Erechim/RS**. Erechim: EDELBRA, 1998, 226p.
- FLIGENSPAN, F. (Org.). **Economia gaúcha e reestruturação nos anos 90**. Porto Alegre: FEE, 2000.

GALVÃO, Carlos Antonio F.; VASCONCELOS, Ronaldo R. **Política regional à escala sub-regional: uma tipologia territorial como base para um Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Regional**. Brasília. IPEA, 1999. (Texto para discussão, n. 665).

IBGE. **Censo Demográfico 1991: mão-de-obra — resultados da amostra**. Rio de Janeiro: IBGE, 1996.

IBGE. **Censo Demográfico 2000: primeiros resultados da amostra**. Rio de Janeiro: IBGE, 2002. (CD-ROM).

IBGE. **Sinopse preliminar do Censo Demográfico 2000**. Rio de Janeiro: IBGE, 2001.

KLERING, Roque Luiz. Análise do desempenho dos municípios do RS em 1999. **Análise**, Porto Alegre, PUC, v. 12, n. 1, p. 7-56, 2001.

LAVINAS, Lena; GARCIA Eduardo H.; AMARAL, Marcelo R. **Desigualdades regionais e retomada do crescimento num quadro de integração econômica**. Rio de Janeiro: IPEA, 1997. (Texto para discussão, n. 466).

LIPIETZ, Alain. O local e o global: personalidade regional ou inter-regionalidade? **Espaço & Debates: Revista de Estudos Regionais e Urbanos**, São Paulo, NERU, v. 14, n. 38, p. 10-20, 1994.

OLIVEIRA, Carlos W. de A.; GUIMARÃES NETO, Leonardo. Emprego organizado e regiões nos anos 90: quem perdeu mais? **Estudos Econômicos**, São Paulo, IPE/USP, v. 27, n. esp., p. 37-64, 1997.

CONSELHO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO NORTE; CONSELHO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE. **Plano Estratégico de Desenvolvimento das Regiões Norte e Nordeste do Rio Grande Do Sul**. Porto Alegre: URI, 1998.

POCHMANN, Marcio. Desafios e limites das políticas de emprego no Brasil. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 19, n. 1, p. 125-155, 1998.

PUTNAM, Robert D. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

ROTTA, Edemar. **A construção do desenvolvimento: análise de um “modelo” de interação entre regional e global: a experiência da Grande Santa Rosa**. Ijuí: UNIJUÍ, 1999.

TARGA, Luiz Roberto Pecoits. O Rio Grande do Sul: fronteira entre duas formações históricas. In: TARGA, L. R. P. (Org.). **Gaúchos & Paulistas: dez escritos de história regional comparada**. Porto Alegre: FEE, 1996, p. 17-47.

VILLASCHI FILHO, A.; CAMPOS, R. R. Sistemas/arranjos produtivos localizados: conceitos históricos para novas abordagens. In: CASTILHOS, Clarisse C. (Org.). **Programa de Apoio aos Sistemas Locais de Produção: a construção de uma política pública no RS**. Porto Alegre, FEE, 2002, p. 11-48.

XAVIER SOBRINHO, Guilherme. Os mercados de trabalho no RS — a diversidade regional em uma primeira aproximação. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 30, n. 1, p. 103-123, jun. 2002.

XAVIER SOBRINHO, Guilherme et al. Mercados de trabalho não metropolitanos — apontamentos sobre quatro experiências regionais no Rio Grande do Sul. In: CONGRESSO LATINOAMERICANO DE SOCIOLOGIA DEL TRABAJO, 4., 2003, La Habana, Cuba. **Anais...** La Habana, Asociacion Latinoamericana de Sociologia del Trabajo, 2003.



## EDITORAÇÃO

---

**Supervisão:** Valesca Casa Nova Nonnig.

**Revisão**

**Coordenação:** Roselane Vial.

**Revisores:** Breno Camargo Serafini, Rosa Maria Gomes da Fonseca, Sidonia Therezinha Hahn Calvete e Susana Kerschner.

**Editoria**

**Coordenação:** Ezequiel Dias de Oliveira.

**Composição, diagramação e arte final:** Cirei Pereira da Silveira, Denize Maria Maciel, Ieda Koch Leal e Rejane Maria Lopes dos Santos.

**Conferência:** Elisabeth Alende Lopes e Rejane Schmitt Hübner.

**Impressão:** Cassiano Osvaldo Machado Vargas e Luiz Carlos da Silva.

